

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE HISTÓRIA

Sara Rocha Fritz

O “Inferno Verde” na ditadura: os usos do conceito nas páginas de O Cruzeiro e Manchete
(1965-1975)

Florianópolis

2022

Sara Rocha Fritz

**O “Inferno Verde” na ditadura: os usos do conceito nas páginas de O Cruzeiro e Manchete
(1965-1975)**

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação em História
do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Federal de Santa Catarina como requisito
para a obtenção do título de Bacharela e Licenciada em
História

Orientadora: M.a Fabiana Carla Guarez

Coorientador: Prof. Dr. João Klug

Florianópolis

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Fritz, Sara Rocha

O "Inferno Verde" na ditadura : os usos do conceito nas páginas de O Cruzeiro e Manchete (1965-1975) / Sara Rocha Fritz ; orientadora, Fabiana Carla Guarez, coorientador, João Klug, 2022.

87 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em História, Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. História. 2. Amazônia. 3. Inferno Verde. 4. Ditadura. I. Guarez, Fabiana Carla. II. Klug, João. III. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em História. IV. Título.



ATA DE DEFESA DE TCC

Aos catorze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e dois, às dez horas, por videoconferência, reuniu-se a Banca Examinadora composta pela Professora Fabiana Carla Guarez, Orientadora e Presidente, pelo Professor João Klug, coorientador, pela Professora Elenita Malta Pereira, Titular da Banca, e pelo Professor Manoel Teixeira dos Santos, Suplente, designados pela Portaria nº 06 /2022/HST/CFH do Senhor Chefe do Departamento de História, a fim de arguirem o Trabalho de Conclusão de Curso da acadêmica **Sara Rocha Fritz**, subordinado ao título: **“O “Inferno Verde” na ditadura: os usos do conceito nas páginas de O Cruzeiro e Manchete (1965-1975)”**. Aberta a Sessão pela Senhora Presidente, a acadêmica expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, a mesma foi arguida pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas notas, tendo a candidata recebido da Professora Fabiana Carla Guarez e do Professor João Klug, a nota final **10**, da Professora Elenita Malta Pereira a nota final **10** e do Professor Manoel Teixeira dos Santos, a nota final **10**, sendo aprovada com a nota final **10**. A acadêmica deverá entregar o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, em versão digital ao Departamento de História até o dia vinte e um de março de dois mil e vinte e dois. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pela candidata.

Florianópolis, 14 de março de 2022.

Banca Examinadora:

Prof.a Fabiana Carla Guarez

Fabiana Carla
Guarez:093953
47970

Assinado de forma digital
por Fabiana Carla
Guarez:09395347970
Dados: 2022.03.14
16:27:31 -03'00'



Documento assinado digitalmente
Joao Klug
Data: 17/03/2022 18:33:33-0300
CPF: 242.486.900-63
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof. João Klug

Prof. Elenita Malta Pereira

Documento assinado digitalmente
 ELENITA MALTA PEREIRA
Data: 15/03/2022 19:01:25-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof. Manoel Teixeira dos Santos

Documento assinado digitalmente

MANOEL PEREIRA REGO TEIXEIRA DOS SANTOS
Data: 18/03/2022 08:58:30-0300
CPF: 005.371.629-92
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Candidata Sara Rocha Fritz



Documento assinado digitalmente
SARA ROCHA FRITZ
Data: 18/03/2022 10:43:51-0300
CPF: 075.504.439-80
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Campus Universitário Trindade
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto que o acadêmico(a) Sara Rocha Fritz, matrícula n.º 17105142, entregou a versão final de seu TCC cujo título é O “Inferno Verde” na ditadura: os usos do conceito nas páginas de O Cruzeiro e Manchete (1965-1975), com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa.

Florianópolis, 17 de março de 2022.

Fabiana Carla
Guarez:0939
5347970

Assinado de forma
digital por Fabiana
Carla
Guarez:09395347970
Dados: 2022.03.17
17:33:31 -03'00'

Orientador(a)

Dedico este trabalho às minhas avós, Jurema e Isabel e em memória de meus avôs, Otto e Francisco

AGRADECIMENTOS

Felizmente tenho muitos a agradecer pelo suporte e incentivo que permitiram a realização deste trabalho. Agradeço profundamente à minha família e de modo especial aos meus pais, Osmari e Izabel, por tudo que fizeram e fazem por mim, por nunca medirem esforços e amor para que eu pudesse seguir meus objetivos. Obrigada por sempre terem priorizado minha educação, genuinamente me apoiado, pela paciência e carinho. Agradeço também aos meus irmãos, Osman e Orian, à Franciele e à Ana.

Às minhas amigas, Fabiola, Freya e Maria Fernanda, por já a tanto tempo dividirem minhas angustias e alegrias, agradeço pela incansável amizade.

Agradeço também as amigas que o curso de História me deu, Ana Luiza, Kassia e Laianny, vocês são um constante sopro de alegria e inspiração para mim.

Aos meus amigos de Florianópolis, vocês foram mais do que eu poderia desejar quando cheguei à cidade. Obrigada por me acolherem, por todos os momentos, afetos e risadas: Arthur, Brunna, Bruno, Cristian, Ítalo, Lorenzo, Paulo, Renan, Sofia e todo o “Jorge Sumiu”.

A todos os professores e professoras do curso de História e a todos os demais funcionários e servidores que dedicam-se à Universidade Federal de Santa Catarina, como um ambiente de ensino público, gratuito e de qualidade. Sou muito grata pela oportunidade de estudar nessa instituição.

Agradeço imensamente à minha orientadora, Fabiana Guarez, pela disponibilidade, dedicação e cuidado com que desempenhou essa função. Obrigada por todo o incentivo, paciência e por indicar caminhos e possibilidades. Agradeço também ao professor João Klug, pela coorientação, por ter me apresentado a História Ambiental, pela sugestão do Inferno Verde como tema de pesquisa e por ser um verdadeiro tutor durante toda a graduação. Vocês me ajudaram a tornar essa caminhada mais leve.

Agradeço ainda a todos os colegas do Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental, pelas trocas e ensinamentos, sempre aprendo muito com suas pesquisas e vivências.

Aos membros da banca avaliadora, professor Manoel Teixeira dos Santos e professora Elenita Malta Pereira, por terem aceito o convite. A professora Elenita agradeço ainda pela formação que me proporcionou durante a pesquisa do projeto "José Lutzenberger: Um mediador entre o ambientalismo brasileiro e global (Déc. 1980-1990)". Sua orientação nos meus primeiros passos na pesquisa historiográfica foi sempre impulsionadora e instrutiva.

Meu muito obrigada a todos e todas que de alguma forma contribuíram e estiveram presentes, é com alegria que compartilho o resultado com vocês.

“Uma descrição de Zaíra como é atualmente deveria conter todo o passado de Zaíra. Mas a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão”

– *As cidades invisíveis, Italo Calvino*

“De quantos séculos está feito esse momento que vivo agora? De quantos ares o ar que respiro? Anos idos, ares idos: anos e ares guardados em mim e de mim multiplicados quando me sento e visto a capa de mago ou o boné de capitão ou o nariz de palhaço e aperto a lapiseira e escrevo. Escrevo, ou seja: adivinho, navego, convoco. Virão?”

- *Dias e noites de amor e de guerra, Eduardo Galeano*

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar como se deram os usos e desusos do conceito Inferno Verde a partir do discurso e projetos relativos à Amazônia durante a primeira década da ditadura civil-militar (1965-1975) presentes nas revistas Manchete e O Cruzeiro. Para isso contextualiza-se o surgimento do conceito em Alberto Rangel e Euclides da Cunha, e sua popularização, através da análise dos carnavais na primeira metade do século XX. Através do referencial teórico da história ambiental são analisados os projetos desenvolvimentistas militares para a região Amazônica, como a construção de rodovias, destacando a Transamazônica, os projetos de colonização e o contexto da Revolução Verde. A análise das revistas, juntamente com outras fontes complementares, alinhada à bibliografia permite visualizar de que modo o Inferno Verde foi mobilizado dentro desses projetos. É também investigado de que forma o surgimento do ambientalismo nesse contexto contribuiu para o abandono do uso de Inferno Verde como denominação da Floresta Amazônica.

Palavras-chave: Amazônia. Inferno Verde. Ditadura. O Cruzeiro. Manchete.

ABSTRACT

The present study aims to analyze how the uses and disuses of the concept Green Hell took place in the discourse and projects related to the Amazon during the first decade of the military dictatorship (1965-1975) present in the magazines *Manchete* and *O Cruzeiro*. For this, the emergence of the concept in Alberto Rangel and Euclides da Cunha is contextualized, and its popularization is analyzed, through the carnivals in the first half of the 20th century. Through the theoretical framework of environmental history, military development projects for the Amazon region are investigated, such as the construction of highways, highlighting the Trans-Amazonian, colonization projects and the context of the Green Revolution. The analysis of the magazines, along with other complementary sources, aligned with the bibliography, allows us to visualize how the concept of Green Hell was mobilized within these projects. It is also investigated how the emergence of environmentalism in this context contributes to the abandonment of Green Hell as a denomination for the Amazon Rainforest.

Keywords: Amazon. Green Hell. Brazilian military dictatorship. *O Cruzeiro*. *Manchete*.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Carnaval no Municipal.....	26
Figura 2 - Carnaval de rua na Avenida Rio Branco	27
Figura 3 - Fantasia Wilza Carla.....	29
Figura 4 - Amazônia Transnacional	35
Figura 5 - Amazônia Legal.....	36
Figura 6 - Amazônia Maravilhosa	38
Figura 7 - Belém-Brasília	45
Figura 8 - Trabalhadores na Belém-Brasília.....	46
Figura 9 - Operação Amazônia.....	49
Figura 10 - Parque Industrial de Belém.....	50
Figura 11 - Banco do Estado do Pará	52
Figura 12 - Mapa da BR-230.....	55
Figura 13 - Transamazônica	57
Figura 14 - Desmatamento em ritmo acelerado.....	58
Figura 15 - Trator na frente de trabalho	59
Figura 16 - O Desafio da Transamazônica	60
Figura 17 - Propaganda Receita Federal	61
Figura 18 - Polamazônia.....	65
Figura 19 - Polos	66
Figura 20 - Poluição em Nova Iorque	71
Figura 21 - Capa do livro em português	73
Figura 22 - Rasgar a impenetrável.....	74
Figura 23 - O sonho que virou poeira.....	77

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGAPAN Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural

BASA Banco da Amazônia

Cepal Comissão Econômica para América Latina e Caribe

CNBB Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros

DSN Doutrina da Segurança Nacional

ESG Escola Superior de Guerra

IBAD Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPES Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

MIT - Massachusetts Institute of Technology - Instituto de Tecnologia de Massachusetts

OAB Ordem dos Advogados do Brasil

OPEP Organização dos Países Exportadores de Petróleo

PICs Projetos Integrados de Colonização

PIN Plano de Integração Nacional

PND Planos Nacionais de Desenvolvimento

PNUMA Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

POLAMAZÔNIA Programa de Pólos Agropecuários da Amazônia

POLONOROESTE Programa de Desenvolvimento Integrado do Noroeste do Brasil

Proálcool Programa Nacional do Alcool

PROTERRA Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agro-Indústria do Norte e Nordeste

SPVEA Superintendência do Desenvolvimento Econômico da Amazônia

SUDAM Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SUDENE Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

USAID Agência Internacional para o Desenvolvimento

VAP Variedade de Alta Produtividade

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. A MAIS ATERRORIZANTE DAS SINFONIAS	20
1.1 Nasce o Inferno Verde	20
1.2 O Inferno Verde cai na folia	23
1.3 Inferno Verde: conceito e cultura	30
1.4 Amazônia: bioma e fronteira	33
1.5 Desenvolvimentismo e ditadura.....	39
2. “A SELVA, ASSUSTADORA, É MARAVILHOSA E SEMPRE HÁ COMO VENCÊ-LA”	45
2.1 A Amazônia não é mais inferno	45
2.2 A presença otimista e confiante das revistas	51
2.3 “Antes, o Inferno Verde. Agora, a Transamazônica. Alguma dúvida?”.....	54
2.4 É verde a revolução?.....	62
2.5 Do inferno verde ao deserto vermelho.....	67
CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
FONTES	82
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	83

INTRODUÇÃO

A devastação na Amazônia brasileira cresceu 56,6% entre agosto de 2018 e julho de 2021 (R7, 2022). Bastaram as três primeiras semanas de janeiro de 2022 para o desmatamento na região atingir um novo recorde, com a destruição de cerca de 360 km² de floresta em 21 dias (AFP ISTOÉ, 2022b). Em fevereiro de 2022, o presidente Jair Bolsonaro lançou um plano para expandir a mineração do ouro, o decreto coloca como região prioritária desse garimpo os nove estados que compõem a Amazônia brasileira (AFP ISTOÉ, 2022a). Enquanto isso, indígenas denunciam o avanço do garimpo na Terra Indígena Yanomami (PAJOLLA, 2022), e as mortes em meio a conflitos de terra dispararam em 2021, com a maior incidência sendo na Amazônia Legal (NEXO, 2021). Ainda em fevereiro de 2022, a Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 6299/02, conhecido como Pacote do Veneno, um pacote de medidas que visa facilitar a aprovação de agrotóxicos de maneira rápida e não criteriosa. No mesmo mês, em Moscou, Bolsonaro agradeceu ao líder russo, Vladimir Putin, pela defesa da soberania brasileira em relação à Amazônia (GADELHA, 2022).

A Amazônia atualmente é notícia por conta da sua devastação, da presença do garimpo, dos conflitos e morte dos povos indígenas, como fronteira agrícola, como ameaça à soberania nacional. Diante desse cenário, qualquer pessoa minimamente preocupada com direitos humanos, colapso climático e ambiental e com as possibilidades para um futuro nem tão distante tem na floresta grande interesse. A escolha temática deste trabalho então, deve-se muito a esse cenário. No entanto, a Amazônia nem sempre foi esse sinônimo absoluto de devastação e buscar contribuir para o entendimento de como chegou até aqui é também uma das motivações para este trabalho.

O interesse pessoal em estudar temas que relacionam natureza e humanidade ao longo do tempo existe desde o primeiro ano da graduação, quando fui apresentada pelo professor João Klug ao Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental (LABIMHA), da UFSC. No entanto, a aproximação com as temáticas referentes à Amazônia se desenvolveu ao longo da participação no projeto de pesquisa "José Lutzenberger: Um mediador entre o ambientalismo brasileiro e global (Déc. 1980-1990)", coordenado pela professora Elenita Malta Pereira, quando pude pesquisar sobre essa figura que dedicou grande parte da sua atuação ambientalista à defesa das florestas tropicais, especialmente a Amazônia. A partir disso pude me inteirar um pouco mais sobre o contexto histórico da região e perceber sua complexidade e fértil campo de estudos.

A escolha por analisar o conceito de Inferno Verde surge, pois nunca antes o havia escutado. Ao ser apresentada à denominação pelo professor Klug, veio a curiosidade de entender de onde surgiu e por que ele não é mais usado, a ponto de que a maioria das pessoas atualmente não ligaria esse termo à Floresta Amazônica. Dessa forma, o presente trabalho tem como problemática os usos e desusos do conceito Inferno Verde a partir do discurso e projetos relativos à Amazônia durante a ditadura civil-militar. As principais fontes para essa análise são as revistas *O Cruzeiro* e *Manchete*. Ambas as revistas marcaram a imprensa da época e foram, cada uma em seu auge, a revista semanal de circulação nacional mais vendida do país. Além disso, se destacam pelo seu pioneirismo no fotojornalismo brasileiro, já que a centralidade das imagens impacta muito nos usos do conceito. É necessário que voltemos nossos esforços ao estudo da imprensa e sua relação com as dinâmicas político-sociais, ou seja, enquanto uma forma de poder que contribui para a formação das visões de mundo de uma sociedade. Isso se faz verdade tanto para um período ditatorial quanto na nossa atual conjuntura.

Ademais, a escolha pelas fontes foi feita também devido às limitações colocadas pela pandemia da Covid-19. Acervos e bibliotecas estiveram fechados pela maior parte do tempo em que este trabalho foi pensado e realizado, assim, a disponibilidade das fontes de forma digital, na Hemeroteca da Biblioteca Nacional permitiu o acesso sem grandes problemas.

Além das revistas, no primeiro capítulo, “A mais aterrorizante das sinfonias”, foram essenciais para a análise, as obras que gestaram o Inferno Verde, isto é, “Inferno verde: cenas e cenários do Amazonas” (1908), de Alberto Rangel e “À Margem da História” (1909), de Euclides da Cunha. A partir desses livros, é possível entender como surge o termo e que visão de Amazônia tinham os autores ao empregá-lo.

Nesse primeiro capítulo, é também investigado como o conceito difunde-se ao longo da primeira metade do século XX. Isso porque, como um conceito, as leituras e produções de significados sobre Inferno Verde mudam, apesar das palavras usadas serem as mesmas. A concepção de Amazônia que elas carregam se articula aos diferentes contextos em que são empregadas. Essa análise de conceito e cultura foi embasada pelas contribuições de Reinhart Koselleck (1992), Roger Chartier (2002) e José D’Assunção Barros (2005). Como método, optou-se por analisar essa dinâmica através do carnaval. Foram reunidos então todas as aparições do conceito em carnavais, presentes nas fontes. Isso pois, como um rito nacional, a festa funcionou a partir da década de 1930 como um agente unificador da identidade nacional. Essa característica é importante para entender o lugar da Amazônia como Inferno Verde, dentro dessa brasilidade que se construía.

Para além das fontes, conceitos importantes que atravessam todo o trabalho são o de fronteira e bioma. São ferramentas de análise que auxiliam a compreensão dos processos de construção biológicos, políticos e sociais dessa região. Para isso, a discussão em torno do bioma Amazônia é embasada por Coutinho (2006) e pelas contribuições e reflexões resultantes do projeto de extensão do Labimha, “Biomass, historicidade e suas temporalidades: uma visão histórico-ambiental”. Já o conceito de fronteira é instrumentalizado principalmente a partir de Rabello (2013) e Pádua (2000).

Todas as fontes e bibliografias são conectadas pelo referencial teórico da história ambiental. Worster (1991) ao apresentar o programa da nova história ambiental, definiu três níveis de análise, que devem ser vistos em interação dinâmica entre si. O primeiro é referente ao entendimento do meio físico e as relações biológicas nele, o segundo volta-se a análises socioeconômicas, da produção de bens a partir dos recursos naturais. Por fim, o terceiro nível da história ambiental proposto pelo autor é referente às “percepções, valores éticos, leis, mitos e outras estruturas de significação” (WORSTER, 1991, p. 5) estabelecidos no diálogo entre humanos e natureza. O Inferno Verde está diretamente ligado ao campo das percepções e significações da natureza, porém afeta e é afetado pelas dinâmicas do meio físico e pelas relações socioeconômicas atreladas a isso. É então dentro dessa intersecção entre história, humanidade e ambiente natural, que o conceito é analisado.

O golpe militar de 1964 foi uma perda terrível para a democracia, cultura, direitos humanos e entre tantas outras derrotas, para o meio ambiente, especialmente para a Amazônia. O período militar desencadeou uma dinâmica de destruição em níveis nunca antes vistos. Sob a égide da Doutrina da Segurança Nacional, da integração e soberania do Brasil e ancorados no desenvolvimentismo econômico, os militares tomaram a Amazônia como grande símbolo do potencial civilizador da sua administração. Isso significou um avanço acelerado sobre a região, buscando torná-la parte desse Brasil grande por eles prometido. O golpe é contextualizado principalmente a partir de Daniel Aarão Reis (2000; 2014).

No segundo capítulo, intitulado “A selva, assustadora, é maravilhosa e sempre há como vencê-la”, explora-se como esse contexto vai atuar na Amazônia. O título é bastante significativo, pois indica a atitude militar diante do Inferno Verde. A redenção do Inferno vem através dos projetos de desenvolvimento, apoiados no tripé estradas, colonização e distribuição de subsídios, tudo para integrar a região e garantir a soberania. Contribuem sobremaneira para a análise das fontes sobre a atitude militar na região as obras de Camila Miranda (2018), Tássio Franchi (2013) e Fernando Menezes (2007).

As análises recaem principalmente sobre os mandatos de Castelo Branco, Costa e Silva e Médici, pois entende-se ser nesse período mais intensamente mobilizado o conceito de Inferno Verde nos discursos militares. É ainda sob essas três administrações que surgem uns dos principais projetos que contribuem para os níveis de devastação que seguirão. São eles a Transamazônica, os projetos de colonização, a Operação Amazônia e a Polamazônia. Esses projetos são entendidos ainda dentro do contexto da Revolução Verde, que faz avançar na região amazônica a fronteira agrícola, baseada em pacotes tecnológicos importados e que busca de vez efetuar a conquista militar.

É nesse período que o conceito Inferno Verde mais aparece nas fontes, sempre como um sinônimo do passado, ou como antagonista do processo civilizatório colocado em prática pelos militares. Na ânsia de superar a visão de uma floresta misteriosa e intocável, o Inferno Verde ganha destaque nas fontes, como exemplo de tudo que a Amazônia não é, ou que vai deixar de ser.

Na última parte é analisado um contexto que vai também contribuir para o desuso do conceito Inferno Verde. Com propósitos bastante distintos para a floresta do que o dos militares, o movimento ambientalista, ou ainda, uma ecologização da sociedade (LAGO, 1991), começa a ganhar força na década de 1970. Esse movimento vai entrar em conflito com os objetivos militares e com a chegada das consequências destrutivas desses projetos da ditadura, já não é mais bem aceita a ideia de uma Amazônia a ser arrasada em nome do progresso. A Floresta torna-se então o pulmão do mundo, sinônimo da biodiversidade, um ambiente ameaçado que precisa ser protegido. Nesse cenário não existe também espaço para o Inferno Verde, de um lado pois o próprio ambiente degradado não inspirava mais o verde, mas sim o vermelho de um deserto, por outro, a simbologia de uma região misteriosa e perigosa já não representava a floresta a ser salva. É então dentro desse contexto que ninguém mais, não importa o quão distintos são seus objetivos, assume o Inferno Verde e seu uso é gradualmente abandonado.

As notícias que abrem esta introdução trazem temas que serão abordados ao longo deste trabalho. Muitas delas são ainda consequências dessa dinâmica de destruição inaugurada pelos militares 60 anos atrás. Outras demonstram como a lógica militar de desenvolvimentismo da Amazônia tem hoje forças renovadas. Houve na virada do milênio a adoção de políticas públicas de certa maneira eficazes no controle da destruição da floresta. A visão que se tinha era da urgente necessidade de salvar o bioma. Desde então há altos e baixos em relação às políticas públicas, no entanto nunca houve uma reversão nas expectativas de conservação como desde a tomada de posse do governo de Jair Bolsonaro, em 2019. Pádua (SCHUCH *et al*, 2021,

p.147) fala num anacrônico antiambientalismo, justamente pois a atitude do atual governo em relação à conservação do bioma é muito semelhante àquela adotada, e provada falida, pelos militares na década de 1960. O então ministro do Meio Ambiente em 2020, Ricardo Salles, por exemplo, em reunião ministerial sentiu-se confortável em chamar esforços para “ir passando a boiada” nas questões referentes ao regramento de proteção ambiental. Viu na crise provocada pela pandemia da COVID-19 uma oportunidade de mudar regras, já que o foco da justiça e da mídia estariam em outro assunto, evitando questionamentos. A postura da administração de Bolsonaro desencadeou as ações de diferentes atores sociais, intensificando a destruição biológica e as violências contra os povos da floresta.

Pretende-se ainda, com este trabalho, colaborar com as discussões em torno das heranças e disputas de memória em torno da ditadura civil-militar brasileira de 1964. Em tempos de negacionismo nas mais diversas áreas, é importante reforçar como o período foi causador de traumas e incoerências que estão ainda presentes nos dias atuais.

A Amazônia não é um território condenado à destruição, no entanto uma mudança no cenário corrente é urgente. O entendimento da racionalidade que leva à destruição atual é um dos caminhos para se agir contra isso e este trabalho almeja, ainda que muito timidamente, contribuir com esse entendimento.

1. A MAIS ATERRORIZANTE DAS SINFONIAS

“A mata queima, não há a crepitação de chamas, nem o esborcinar vacilatório dos incêndios; arde sem lumaréus.” (RANGEL, 2017, não paginado).

1.1 NASCE O INFERNO VERDE

Souto, um jovem engenheiro é deixado por um “gaiola”¹ no alto Juruá, após uma viagem de dezessete dias pelo rio, que lhe tirou todo o ânimo com que chegara a Manaus. Seu trajeto continuou então numa canoa pelos igarapés. A razão de tal excursão é a demarcação de lotes na floresta. Essa jornada é narrada no último capítulo do livro “Inferno verde: cenas e cenários do Amazonas”. O autor dessa obra partilhava com Souto semelhante experiência de trabalho. Em 1908, Alberto Rangel lança uma coletânea de contos resultado do período em que o autor pernambucano, formado em engenharia pela Escola Militar do Rio de Janeiro, trabalhou como Secretário Geral do governo do Estado do Amazonas (1904-1905) e diretor geral da Repartição de Terras, Minas, Navegação e Colonização (1901-1904), demarcando a área de alguns seringais ao longo do rio Juruá, no Amazonas (DIBRARQ, 2016). O livro conta com o prefácio de Euclides da Cunha, amigo de Rangel da Escola Militar. O autor fluminense de “Os Sertões” também teve sua experiência na floresta, quando em 1905 embarcou em uma viagem pelo rio Purus e coletou o material para seu livro, postumamente publicado em 1909, “À Margem da História” (QUEIROZ, 2017, p. 14).

Seja como Inferno Verde ou “terra sem história” ou “à margem da história”, essas obras, construídas a partir de um olhar autóctone da região, tiveram forte influência na construção do imaginário acerca da Floresta Amazônica que se popularizaria na primeira metade do século XX. Essa Amazônia de Rangel e Cunha construiu-se a partir, e muitas vezes em contraste, a uma Amazônia existente nos relatos dos viajantes, desde Pinzon e Francisco Orellana com o frei Gaspar de Carvajal, no século XVI², Pedro Teixeira, em 1637³, Charles de la Condamine,

¹ Embarcações que eram utilizadas no transporte fluvial na região amazônica

² Vicente Yañes Pinzon chegou a foz do Rio Amazonas em fevereiro de 1500. Francisco Orellana fez sua viagem ao longo do Rio Amazonas em 1541. O frei Gaspar de Carvajal foi o cronista na expedição de Orellana, autor de “Relación del Nuevo Descubimiento del Famoso Río Grande de las Amazonas”.

³ Pedro Teixeira comandou uma expedição desde o Pará até Quito, no século XVII.

em 1743⁴, até Humboldt e von Martius no século XIX⁵, para citar alguns. Uma Amazônia deslumbrante, quase religiosa, mitológica, e sempre analisada em comparação ao que conheciam na Europa. Já no século XX, tendo o contexto de centenas de anos de relatos de viajantes, constrói-se e populariza-se a ideia de um Inferno Verde, espaço vasto e selvagem, mas homogêneo; esplêndido e misterioso, mas incompleto. Privilegiada cena de contos e filmes de aventura, inspiração para fantasias e bailes de carnaval e que deixava de fora a complexidade social e ambiental da região. Essa construção é constatada ao longo de todos os ensaios que formam o livro de Alberto Rangel⁶, em trechos como:

A mata queima, não há a crepitação de chamas, nem o esborcinar vacilatório dos incêndios; arde sem lumaréus. O fogo, sente-se-o, comburir espontâneo, provindo, sobretudo, dessa fermentação espantosa de vegetais à humidade permanente sob as ramagens altas. (RANGEL, 2017, não paginado)

Logo no primeiro capítulo, “Tapará”, a floresta é descrita como esse inferno sem fogo, um ambiente sufocante, opressivo. E também no capítulo “Hospitalidade”: “O Amazonas... ao mesmo tempo terra virgem e violada, afogante e desvendadora... capaz de excitar ódios e de apaixonar loucamente.” (RANGEL, 2017, não paginado). Aqui a floresta aparece quase como um monstro autônomo, em constante luta com os diferentes personagens narrados: colonos, seringueiros e caboclos.

No entanto, o caráter dantesco tem seu ápice no último capítulo, “Inferno Verde”, que narra o início e o fim de Souto pelo Amazonas. Acometido por doenças e por desesperadas alucinações, o narrador conta “a floresta sofria, a floresta ria... Dedos convulsos de um gênio em delírio tangiam as cordas infinitas dessa grande harpa de esmeralda, arrancando-lhe acordes e síncopes harmoniosos ou incoerentes, na execução confusa da mais aterrorizante das sinfonias.” (RANGEL, 2017, não paginado). Diante da morte em meio a essa natureza apavorante, Souto nomeia-a praguejando, “Inferno!... Inferno... verde!”. E a floresta diante disso se defende:

Perdoo-te e compreendo o estigma que me lanças. Fui um paraíso. Para a raça íncola nenhuma pátria melhor; mais farta e benfazeja. Por mim as tribos errava, no sublime desabafo dos instintos de conservação, livres nas marnotas pelas bacias fluviais afora. Ainda hoje, o caboclo, sobra viril e desvalida nos destroços da invasão, vive renunciado e silencioso, adorando-me e bendizendo: - seu repouso edênico, sua plaga

⁴ Charles Marie de la Condamine foi um cientista que no século XVIII fez um percurso bastante parecido com o de Orellana.

⁵ Alexander von Humboldt, em 1800, viajou pelos rios Orinoco e Negro, localizando o canal de Cassiquiare. Carl Friedrich Philipp von Martius, em 1819 explorou a bacia do rio Amazonas.

⁶ O livro de 128 páginas (na versão e-book), é composto por 11 capítulos, são 11 ensaios que podem ser lidos independentemente, ainda que quando juntos formam uma narrativa sobre a aventura de Souto. Os capítulos são: O Tapará, Um conceito do Catolé, Terra caída, Hospitalidade, A decana dos Muras, Um homem bom, Obstinação, A teima da vida, Maibi, Piritas e por fim, Inferno Verde.

abençoada, seu recanto pacífico, na herança fetichica e venerativa dos povos autóctones de onde proveio (RANGEL, 2017, não paginado).

Nesse trecho a floresta mostra seu caráter feroz, mas de salvadora para o caboclo, para o migrante, que encontra em seus destroços uma vida melhor do que levaria na terra natal. No entanto, além dessa defesa, essa floresta personificada ainda acusa que é inferno apenas para esse tipo de explorador, pois ainda não foi desbravada pelas “raças superiores”, que saberão transformá-la em paraíso:

Inferno é o Amazonas... inferno verde do explorador moderno, vândalo inquieto, com a imagem, amada das terras donde veio carinhosamente resguardada na alma ansiada de paixão por dominar a terra virgem que barbaramente violenta. Eu resisto à violência dos estupradores... Mas, enfim, o inferno verde, se é a geena de torturas, é a mansão de uma esperança: sou a terra prometida às raças superiores, tonificadoras, vigorosas, dotadas de firmeza, inteligência e providas de dinheiro; e que, um dia, virão assentar no meu seio a definitiva obra de civilização, que os primeiros imigrados, humildes e pobres pionnière do presente, esboçam confusamente entre blasfêmias e ranger de dentes. (RANGEL, 2017, não paginado).

Queiroz defende que para Rangel “o progresso do espaço dependeria da melhora dos homens que o ocupariam. E melhores homens significava aqueles com o menor número de características dos caboclos, ou de qualquer outro pária social e racial.” (QUEIROZ, 2017, p. 24). Assim, a mensagem final é de que a redenção do Inferno Verde não se daria através do ribeirinho, do seringueiro e muito menos dos indígenas, mas sim através da sua civilização, a ser trazida por alguém diferente dos povos que já a habitavam.

É também a colonização da Amazônia ponto central na obra de Euclides da Cunha, “À margem da história”⁷. O título é também aqui muito significativo e prefacia toda uma visão e projetos para a região desenvolvidos ao longo de sua chefia na Comissão Brasileira de Reconhecimento do Alto Purus, em 1904 (QUEIROZ, 2017, p. 25). Euclides viaja justamente para uma região de disputas territoriais entre Brasil, Bolívia e Peru, intensificada pela tensão e lutas entre os seringueiros.

O discurso construído pelo escritor em relação à floresta é de falta, “a terra é, naturalmente, desgraciosa e triste, porque é nova. Está em ser.” (CUNHA, 2021, não paginado). Ao descrever a natureza com que se depara em sua expedição, expressa seu desapontamento, por considerar uma paisagem tediosa, “é de todo em todo inferior a um sem número de outros lugares do nosso país.” (CUNHA, 2021, não paginado). Cunha credita isso à juventude do bioma, que ainda está se desenvolvendo, mas que apesar disso é agressivo, selvagem, “aquela

⁷ Encontra-se em domínio público e é composto por 10 capítulos: Impressões gerais, Rios em Abandono, O Purus é um dos melhores exemplos, Um clima caluniado, Os Caucheiros, Judas-Ahsverus, “Brasileiros”, Aponte-se um exemplo, Transacreana, Demonstramo-lo sem atavios.

natureza soberana e brutal, em pleno expandir das suas energias, é uma adversária do homem.” (CUNHA, 2021, não paginado). Vemos essa visão expressa também em seu prefácio do livro *Inferno Verde*, quando afirma, “realmente, a Amazônia é a última página, ainda a escrever-se, do Gênesis.”, ou ainda “É a terra moça, a terra infante, a terra em ser, a terra que ainda está crescendo” (RANGEL, 2017, não paginado).

Nessas duas obras do começo do século predomina uma visão de uma Amazônia selvagem, desconhecida, inacabada mas com potencial de tornar-se algo diferente. Esse potencial no entanto não se cumprirá apenas através da população que lá vive, mas sim com a intervenção externa na região, que traga um modelo de exploração, de civilização. Se Rangel fala da necessidade de uma “raça superior”, Euclides da Cunha, em uma abordagem um pouco mais positiva da região, defende melhores modelos de colonização, e a construção de estradas de ferro que conectem os territórios amazônicos, como a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, que na época ainda estava a ser construída. No exemplo da região por ele estudada, que inclui parte da Amazônia peruana, os contornos nacionais seriam atravessados por essa conexão amazônica, “uma grande estrada internacional de aliança civilizadora, e de paz.” (CUNHA, 2021, não paginado). Os autores, ao descreverem a Amazônia, abordam-na como um problema, uma ameaça, um vir a ser e diante disso apresentam seus projetos para solucioná-la, para torná-la algo para o país.

O *Inferno Verde* como concebido na primeira metade do século XX surge então a partir dessa visão:

O que esses dois autores legaram como forma de interpretar e narrar o espaço amazônico configurou-se por meio de um estilo que mesclava o discurso científico ao floreio literário, manipulando fato e ficção, denunciando mazelas, porém admitindo um olhar enviesado que foi e é tomado muitas vezes como substituto da complexa realidade da formação das sociedades amazônicas. (QUEIROZ, 2017, p. 15).

Assim, apesar de existir também uma vontade científica na invenção do conceito por esses autores, o *Inferno Verde* ganha seu espaço na cultura brasileira como uma expressão literária da floresta, propagando uma imagem que poderia ser ora paradisíaca, ora infernal.

1.2 O INFERNO VERDE CAI NA FOLIA

É importante para a análise proposta por este trabalho entender de que maneira esse conceito foi lido e apropriado pela sociedade, qual sua influência no imaginário referente à

Amazônia antes do período da ditadura civil-militar⁸, para poder justamente perceber continuidades e rupturas. Essa tarefa, no entanto, por si só, requer uma pesquisa própria. Assim, o que será feito é uma breve consideração acerca da aparição do conceito em carnavais existentes nas fontes, ou seja, nas revistas *O Cruzeiro* e *Manchete*. O Carnaval é então uma escolha metodológica, já que nesse período, entre o surgimento do Inferno Verde e a ditadura civil-militar brasileira, existem vários tipos de aparição do conceito nas fontes, seja em filmes, músicas, contos, propagandas e etc. Todas essas aparições são exemplos de como houve uma adesão da visão do Inferno Verde, principalmente num sentido literário, em produções culturais.

A escolha pelo Carnaval é feita pois, enquanto ritual nacional, há uma sincronia da sociedade em torno do evento, “isso quer dizer que, quando se realiza um ritual nacional, toda a sociedade deve estar orientada para o evento centralizador daquela ocasião, com a coletividade ‘parando’ ou mudando radicalmente suas atividades” (DaMATTA, 1997, p. 46). Assim, ao tentar entender como os brasileiros - aqui abordados numa generalização necessária - se apropriam do conceito, o Carnaval serve de importante ferramenta de análise pois é um evento centralizador, ainda que não homogêneo, sendo “um reflexo complexo” sobre o mundo social e cultural brasileiro (DaMATTA, 1997, p. 88).

Antes de nos voltarmos para as fontes é interessante uma contextualização inicial sobre o seu suporte. Ambas as revistas marcaram a imprensa da época e foram, cada uma em seu auge, a revista semanal de circulação nacional mais vendida do país. Isso se deve muito à inovação nos seus temas e forma de apresentação dos conteúdos. As revistas tinham como diferencial as grandes reportagens sobre lugares e povos remotos, desconhecidos, como por exemplo, a Amazônia. Soma-se a isso o ineditismo na qualidade das fotografias coloridas, sendo que a primeira transmissão em cores da televisão ocorre apenas em 1972, ou seja, a própria presença de imagens coloridas adiciona-se ao fascínio de falar dessas aventuras, desses lugares exóticos (MENEZES, 2007, p. 33).

O *Cruzeiro* (Rio de Janeiro) fazia parte do grupo *Diários Associados*, de Assis Chateaubriand e circulou de 1928 até 1975, tendo se consolidado como uma das principais

⁸ Opta-se por classificar o período como ditadura “civil-militar” e não somente “militar” em concordância com Daniel Aarão Reis (2000), que entende o apoio de amplos segmentos da sociedade civil ao golpe de 64 como essencial para sua análise. Dentre esses segmentos o autor destaca as marchas da Família com Deus e pela Liberdade, contra o governo de João Goulart, que teve apoio de partidos políticos, empresários, imprensa e entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros (CNBB). A ditadura é instaurada desse modo através de uma aliança heterogênea de líderes políticos, empresariais religiosos, civis e militares, elites sociais e segmentos populares e da imprensa unidos pelo medo das reformas sociais. A permanência ou não de apoio à ditadura após sua instauração foi por isso também muito heterogênea. Muitos apoiavam uma intervenção rápida e brutal, que daria lugar novamente à democracia após findarem com forças de esquerda radicais, o que não aconteceu. (REIS, 2000).

revistas brasileiras da primeira metade do século XX. Estabeleceu diversas inovações técnicas de apresentação gráfica e linguagem, principalmente através do fotojornalismo⁹. Um diferencial da revista que ajudou no seu sucesso eram as grandes reportagens da famosa dupla de jornalista-fotógrafo, David Nasser¹⁰ e Jean Manzon¹¹, entre 1943 e 1951. A primeira edição de O Cruzeiro contava com 69 páginas e custava \$R 1. Na década de 1950 já contava com uma média de 120 páginas e custava CR\$ 5,00. Nas duas décadas seguintes manteve sua média de páginas.

A revista Manchete (Rio de Janeiro), com publicações semanais, surgiu em 1952, criada por Adolpho Bloch, e manteve suas publicações até o ano 2000. Também com foco no fotojornalismo, competia com O Cruzeiro, tendo seu destaque principalmente a partir da década de 1960, quando começa a ganhar a preferência popular diante do decréscimo da primeira. Na sua primeira edição custava CR\$ 5,00 e contava com 44 páginas. Já nos anos 1960 a revista tinha uma média de 100 páginas cada edição, número facilmente ultrapassado nas edições especiais. No início dos anos 1970 passa a contar com uma média de 200 páginas.

Elas enquadravam-se como revistas de “variedades”, buscando abordar temas diversos como política, moda, cinema, esporte, publicidades, contos, charges, crônicas e etc. Traziam, portanto, tópicos populares, ligados ao cotidiano e entretenimento, em linguagem simples e direta. Por ora, nos basta compreender o ineditismo, alcance e popularidade dessas revistas no cenário nacional. É importante ainda atentar ao fato de que há um salto de 20 anos entre o livro de Rangel, em 1908, e a fundação de O Cruzeiro, em 1928, que não é analisado. No entanto, para o tema escolhido, o Carnaval, esse período não é tão significativo. Isso porque a festa como ritual nacional, como agente unificador só se institucionaliza de tal modo na década de 1930 quando há “uma transformação do samba em ritmo nacional brasileiro, em elemento central para a definição da identidade nacional, da ‘brasilidade’” (VIANNA, 2002, p. 26). Esse movimento se dá inclusive com grande apoio e incentivo do Estado Novo, que em 1937 determinou que os enredos das escolas de samba tivessem caráter histórico, didático e

⁹ Nas reportagens de fotojornalismo, além da maior quantidade e, geralmente, melhor qualidade de fotos, as imagens produzidas tem recortes muito bem pensados, com o objetivo de permitir uma leitura clara, rápida e objetiva. Isso pois o fotojornalismo transforma a fotografia em meio de transmitir a notícia, em muitos casos sendo a imagem a própria notícia, necessitando apenas de uma legenda. Pode também integrar reportagens maiores e mais elaboradas. O gênero significou uma verdadeira revolução na comunicação e está muito ligado à evolução das práticas fotográficas, da tecnologia disponível. O fotojornalismo nasce, e também no Brasil ganha força, a partir das revistas ilustradas. “O acréscimo da informação visual é uma vantagem na difusão da informação; as imagens têm a capacidade de despertar o interesse do leitor para determinada notícia, como, também, mostrar e comprovar o seu conteúdo.” (TORRE, 2017, p. 35).

¹⁰ Em 1976 o jornalista passa a trabalhar na Manchete.

¹¹ O fotógrafo francês foi um dos pioneiros do fotojornalismo no Brasil, tendo implementado esse estilo de reportagem não só no O Cruzeiro, mas também na concorrente Manchete, em 1954. (MENEZES, 2007, p. 35)

patriótico, e mesmo após a redemocratização, a obrigatoriedade de temas nacionais foi preservada (OLIVEIRA, 2012, p. 75).

Na cobertura do Carnaval de 1948, pela revista O Cruzeiro, uma foto de página inteira mostrando o Teatro Municipal do Rio de Janeiro e uma multidão à sua frente noticia: “Inferno Verde. O tema da decoração do Municipal para o seu grande baile foi a Floresta Amazônica. Milhares de pessoas estiveram em frente ao velho teatro assistindo a entrada das fantasias. Esta sensacional foto noturna do movimento da multidão” (O CRUZEIRO, 21/02/48, p. 14).

Figura 1 - Carnaval no Municipal



Fonte: O Cruzeiro, 21/02/48, p. 14.

A quantidade de pessoas na foto denuncia a grandiosidade do Baile de Gala do teatro, que todos os anos contava com a presença de celebridades e o ansiado concurso de fantasias. Roberto DaMatta (1997, p. 165) coloca que “no Rio de Janeiro, o carnaval se ordena em torno de duas categorias básicas: a rua e o clube” Aqui temos um exemplo de como o Inferno Verde se faz relevante o bastante para tornar-se tema do maior baile de carnaval de clube da época. O

tema, na verdade, era a Floresta Amazônica, o conceito no entanto entrava como sinônimo da floresta. O Inferno Verde era a expressão da floresta.

Já em 1950 temos um exemplo agora do carnaval de rua. Ao apresentar os carros alegóricos que desfilaram na Avenida Rio Branco destaca-se a foto de um em específico, que traz na legenda: “Lembrança da Amazônia - jacarés e enormes serpentes lembrando o ‘Inferno Verde’ e algumas garotas para quebrar a monotonia do quadro” (O CRUZEIRO, 04/04/50, p. 103).

Figura 2 - Carnaval de rua na Avenida Rio Branco



Fonte: O Cruzeiro, 04/04/50, p. 103

Na foto ficam em destaque grandes serpentes, de bocas abertas e presas à mostra, em posição de ataque, que ocupam quase todo o carro alegórico. Há ainda o que parecem ser representações de vegetação, sentadas em meio a essa selva estão mulheres vestidas em cores claras e usando chapéus. No evento, que como a própria revista coloca, “constituiu decerto o símbolo mais impressionante do carnaval carioca de 1950” onde “incalculável multidão ali permaneceu desde bem cedo até a manhã de quarta-feira” (O CRUZEIRO, 04/04/50, p. 101), novamente a Floresta Amazônica é expressa através da ideia de Inferno Verde.

Já em 1955, se fala novamente no desfile das Escolas de Samba e, ao narrar sobre o atraso da Unidos do Cabuçu, anuncia-se que a escola foi substituída na escala pela Unidos da Tijuca, “que vem vindo, movimentando seu enredo ‘Inferno Verde’ – bem a propósito.” (O

CRUZEIRO, 12/04/55, p. 8-9). Não há mais informações sobre o samba enredo nas fontes, porém, no site da Galeria do Samba do Rio de Janeiro existe apenas um trecho da letra escrita por Nelson de Moraes¹²: “Vejam como é grande o Amazonas/ Sua selva interminável/ Com riquezas naturais/ Admirem/ Sua fauna e sua flora/ Esta selva indevassável/ Com seus vastos seringais” (GALERIA DO SAMBA, online). Apesar de haver o elemento do mistério, do exótico, a fauna e flora não são entendidas como incompletas, como foi por Euclides da Cunha, ou assustadora, como colocado por Alberto Rangel. Há uma admiração, ainda que romantizada, por essa grandeza desconhecida, por todas as riquezas (econômicas) que ela oferece, principalmente a seringueira.

De acordo com Anna Cristina Jesus (2020, p. 165), em 1955 houve um outro samba enredo intitulado “Inferno Verde”, porém, na escola Filhos do Deserto, composto por Zinco e Darcy Caxambu¹³. Desse samba temos acesso a letra na íntegra, da qual destacamos alguns trechos: “Amazonas / Misteriosas / Das selvas verdes, tão formosas / Aonde brota um grandioso seringal / Causando inveja ao mundo inteiro / Fazendo o Brasil ser o primeiro / Na produção da borracha universal” (LETRAS, online). Aqui, como no enredo da Unidos da Tijuca, a floresta é vista como misteriosa, porém valorizada por seus seringais, devido ao seu valor econômico no cenário mundial. No trecho final canta-se: “Amazônia forte e viril / Sua fauna envaidece o Brasil / Com seus espécimes de rara beleza / Orgulhando a própria natureza / Tem razão / quando fala o turista estrangeiro / Que na sua concepção / Deus é brasileiro” (LETRAS, online). Desses trechos é possível perceber o caráter patriótico dos sambas enredo, mencionado anteriormente. A Amazônia é retratada como um símbolo de brasilidade, exalta-se sua fauna e flora, sua grandiosidade, engrandece-se o Brasil através da natureza, dentro da visão que enxerga a Amazônia ora como inferno, ora como paraíso. Não há uma vontade de “superar” o inferno, porque as duas visões estão integradas numa floresta distante, que serve como emblema ao país.

Um outro modo popular de “brincar” carnaval eram os ranchos¹⁴, e no ano de 1959, “dos mais aplaudidos foi o Tomara que Chova, de Madureira, que apresentou como enredo o tema ‘Drama do Inferno Verde’” (MANCHETE, 02/59, p. 13), não há fotos ou outras informações acerca do rancho, mas a revista acrescenta que o enredo era “na verdade uma ingênua

¹² No site, o samba enredo intitulado “Inferno Verde”, consta como sendo de 1956. No entanto, de acordo com o Diário de Notícias, do Rio de Janeiro (09/02/56, p. 2), em 1956 o tema da escola foi na verdade, Sinhá Moça.

¹³ Que foi regravada em 1980 por Martinho da Vila, em seu disco Samba Enredo.

¹⁴ De origem popular, e parte do carnaval de rua, os ranchos tinham como característica suas cores, símbolos, fantasias de luxo, mestre sala e porta estandarte, divisão em alas, enredo e outros traços que foram depois aproveitados pelos blocos e Escolas de Samba. (OLIVEIRA, 2012, p. 68-69).

deformação da epopeia dos Bandeirantes”. Visto que os bandeirantes atuavam nos sertões brasileiros, isto é o interior do Brasil de forma geral, não é possível afirmar que o Inferno Verde mencionado seja a Amazônia necessariamente.

Por fim, avançando um pouco na cronologia, mencionaremos dois carnavais na década de 1970, por apresentarem uma interessante ligação, que será melhor explorada no segundo capítulo. Em 1971, Wilza Carla, figura conhecidíssima nos carnavais cariocas, ganhou o prêmio “originalidade feminina” de fantasias no IV Baile do Gato de Ouro no Grajaú Tênis Clube com a fantasia “Transamazônica - Inferno Verde” (O CRUZEIRO, 03/03/71, p. 130 e MANCHETE, 06/03/71).

Figura 3 - Fantasia Wilza Carla



Fonte: O Cruzeiro, 03/03/71, p. 130

A imagem colorida permite uma melhor leitura dos elementos que integram a fantasia. São símbolos que remetem à floresta como o manto verde, com vitórias-régias, o vestido com a cor e textura da terra, os galhos na cabeça, a própria pintura do rosto. Há ainda a presença dos animais com a cobra que sobe pelo ombro esquerdo, o chapéu de onça e os pássaros nos galhos. Por fim algo que parece ser um bastão com pinturas e adereços indígenas. O todo deixa uma impressão animalésca, exótica. Não parece haver na fantasia elementos que remetam à rodovia em si, mas sim ao espaço que ela vai ocupando. Apesar disso, o fato de uma fantasia que

representa a floresta ser nomeada como a estrada já é um importante indicativo. Essa relação mantém-se no ano seguinte, com a Acadêmicos do Cachambi¹⁵ desfilando o enredo “O Inferno Verde se transforma em Transamazônica” (ACADEMIA DO SAMBA, online). A associação é muito significativa, já que a construção da rodovia havia iniciado em 1970, com seu primeiro trecho sendo inaugurado em 1972. Infelizmente não foi possível acessar o samba enredo da Acadêmicos da Cachambi, porém apenas o título, tanto da letra quanto da fantasia, já nos indica como a construção da BR-230 impactou na visão do Inferno Verde. Essa relação no entanto será melhor explorada adiante.

Como dito anteriormente, o conceito aparece em diversas manifestações culturais, porém sua recorrência nos carnavais ao longo dos anos é um indicativo forte o bastante de sua circulação e de como era entendido como sinônimo da Floresta Amazônica. No entanto, a conotação dada nas fontes analisadas não é exatamente a mesma encontrada nos livros de Rangel e Cunha. A floresta é representada como feroz, mas não necessariamente violenta, a fauna e flora são apreciadas como riquezas naturais, e não incompletas. A floresta não é um vir a ser, mas um símbolo pronto do Brasil, algo do que se orgulhar. Essa mensagem está ligada à própria função que tinham o carnaval e o samba como unificadores, definidores da identidade nacional, por isso, ao ser apresentado como um ícone, ainda que chamada de Inferno Verde, há uma celebração em torno desse domínio. No entanto preserva-se nessas situações o assombro também presente nos livros e aqui colocando a floresta como algo ainda mais distante, mais excêntrico. Todos esses empregos do Inferno Verde, alguns mais que outros, carregam um caráter fantasioso da região, sempre reafirmando uma dualidade entre inferno e paraíso.

1.3 INFERNO VERDE: CONCEITO E CULTURA

Essas variações temporais no sentido que é atribuído ao Inferno Verde é um dos pontos que nos permite vir nomeando-o um conceito. De acordo com Reinhart Koselleck, o conceito é mais do que uma palavra, são termos “para cuja formulação seria necessário um certo nível de teorização e cujo entendimento é também reflexivo” (KOSELLECK, 1992, p. 135). São expressões relevantes do ponto de vista social, político, cultural. Além disso, “a história dos conceitos mostra que novos conceitos, articulados a conteúdos, são produzidos/pensados ainda que as palavras empregadas possam ser as mesmas.” (KOSELLECK, 1992, p. 140). Ou seja,

¹⁵ O Grêmio Recreativo Escola de Samba Acadêmicos do Cachambi inclusive era conhecida anteriormente como “Inferno Verde”, porém, levando em consideração que suas cores eram o verde, vermelho, branco, rosa e o amarelo, o nome parece vir da cor, sem associação com Floresta Amazônica.

ao nos depararmos com “Inferno Verde” ao longo das fontes, as palavras permanecem as mesmas, porém o conteúdo designado a isso é alterado. Há uma repetição semântica necessária para a compreensão de que o termo se refere a Floresta Amazônica, porém a acepção disso se modifica. Nas notícias sobre o carnaval, por exemplo, apenas a indicação de “Inferno Verde” era o bastante para ligar essas palavras à Amazônia, por conta da repetição semântica, no entanto a ideia de Amazônia contida nesse momento é um pouco diferente da ideia que se tinha em Rangel e Cunha, quando surge o termo, ainda que as palavras não tenham mudado. Veremos essa mudança de forma ainda mais perceptível no próximo capítulo.

Contudo, um conceito histórico não se restringe a uma análise linguística. “Todo conceito articula-se a um certo contexto sobre o qual também pode atuar, tornando-o compreensível” (KOSELLECK, 1992, p. 136). A história dos conceitos então nos permite perguntar às fontes sobre eventos factuais e conjunturais. As inovações de sentido dos conceitos estão ligadas a esse contexto histórico. Por isso, a análise do Inferno Verde no Carnaval deve levar em conta como se dá a produção dos carnavais (seja em sambas enredo, fantasias ou carros alegóricos), um contexto que nos aponta a realidade de um país que buscava construir símbolos nacionais, construir uma brasilidade. Da mesma forma, a análise do Inferno Verde no contexto da ditadura civil-militar será feita através de uma história factual e conjuntural, de um conteúdo que produz e reproduz sentidos e que pode ser compreendido através do Inferno Verde. Assim, ao analisar um conceito na história é preciso pensarmos a diacronia contida na sincronia,

Devemos partir teoricamente da possibilidade de que em cada uso pragmático da linguagem (Sprachpragmatik), que é sempre sincrônico, e relativo a uma situação específica, esteja contida também uma diacronia. Toda sincronia contém sempre um diacronia presente na semântica, indicando temporalidades diversas que não posso alterar. (...) uma história dos conceitos: ela pode ser escrita, posto que em cada utilização específica (situative Verwendung) de um conceito, estão contidas forças diacrônicas sobre as quais eu não tenho nenhum poder e que se expressam pela semântica. (KOSELLECK, 1992, p. 141)

Ou seja, essa ressignificação do Inferno Verde só pode ser feita através de uma análise diacrônica, porém levando em consideração o seu caráter sincrônico contido no uso semântico do termo em determinado período. Então é na análise dos textos, observando as sucessivas edições das revistas e percebendo suas nuances de significados, dentro do seu contexto produtor de conteúdo que compreendemos como o Inferno Verde pode nos indicar os entendimentos e projetos referentes à Amazônia.

Ao analisarmos a popularização do Inferno Verde, uma dimensão que prevalece é a da cultura. A cultura aqui entendida em seu significado expandido, pensando em suas várias dimensões, sejam gestos, objetos, performances, comunicação nas suas mais diversas

linguagens e etc. Peter Burke, ao fazer um levantamento do estado da arte da história cultural coloca que “o terreno comum dos historiadores culturais pode ser descrito como a preocupação com o simbólico e suas interpretações. Símbolos, conscientes ou não, podem ser encontrados em todos os lugares, da arte à vida cotidiana, (...)” (BURKE, 2005, p. 7). O Inferno Verde foi um símbolo cultural, presente no cotidiano das pessoas, como indicam as várias produções que o adotam, e que é entendido de diferentes formas ao longo do tempo, como continuaremos a ver nesse trabalho. Tendo isso, a análise de como se deram essas diferentes apropriações do conceito pode ser feita através do modo que ele foi produzido e do modo que ele foi visto, seria o que Roger Chartier nomeou de práticas e representações (2002). Essas ideias nos são úteis pois,

(...) através delas podemos examinar tanto os objetos culturais produzidos como os sujeitos produtores e receptores de cultura, os processos que envolvem a produção e difusão cultural, os sistemas que dão suporte a estes processos e sujeitos, e por fim as normas a que se conformam as sociedades quando produzem cultura, inclusive mediante a consolidação de seus costumes. (BARROS, 2005, 135).

Os livros, os carnavais, as propagandas, reportagens, filmes e músicas constroem entendimentos do Inferno Verde. É muito importante que analisemos como se produzem os significados, quais as possíveis intenções a partir disso, qual sua materialidade e assim por diante. São as práticas, os modos de fazer. No entanto, a pesquisa de como isso é produzido não basta para entender qual seu significado na sociedade, é preciso analisar como essas produções foram lidas. Entra então o entendimento das representações, dos modos de ver. “A leitura é prática criadora, atividade produtora de sentidos singulares, de significações de modo nenhum redutíveis às intenções dos autores de textos ou dos fazedores de livros” (CHARTIER, 2002, p. 123). Expandimos esse entendimento que Chartier faz da leitura de textos escritos para uma leitura que abranja os outros modos produtores do Inferno Verde. A interpretação das pessoas constrói novos entendimentos, nem sempre presentes a princípio, quando se escreveu, dançou, cantou, desenhou aquilo, “a recepção é também uma forma de produção” (BARROS, 2005, p. 128). Os sujeitos produtores e receptores de cultura circulam entre essas práticas e representações, ou seja, o Inferno Verde faz parte da cultura que constrói e reconstrói seus significados.

Com essa análise das fontes de carnaval e as considerações acerca da história conceitual e da história cultural procuramos compreender como o Inferno Verde ganha seu espaço na sociedade como uma expressão da Amazônia nas primeiras décadas do século XX. Pensamos também sobre os diferentes entendimentos do que é essa Amazônia contida no conceito, dependendo do contexto.

Todos os blocos e bailes de carnavais aqui analisados se limitaram à cidade do Rio de Janeiro. Ambas as revistas são também da mesma cidade, ou seja, têm-se uma leitura exógena da região¹⁶. No entanto a análise não se limita ao entendimento da população carioca ou fluminense do Inferno Verde. A generalização é possível pois entende-se, em primeiro lugar, o alcance nacional das revistas. O *Cruzeiro* e *Manchete* eram lidas por todo o país. Além disso o Rio de Janeiro era, e continua sendo um centro difusor principalmente de cultura e entretenimento, “todo o Brasil, principalmente a partir dos anos 30, passa (ou é obrigado) a reconhecer no Rio de Janeiro os emblemas de sua identidade de povo ‘sambista’.” (VIANNA, 2002, p. 26). O Rio não era o único lugar onde se comemorava o carnaval e se produzia samba, mas era um dos grandes ícones dessa cultura. Isso não anula toda a complexidades e heterogeneidade de pensamentos e representações presentes em outras regiões do país, e no próprio Rio de Janeiro, que não estão presentes nas fontes, mas nos permite trabalhar com concepções que sabemos ter um alcance maior que a cidade em si, ainda que reconhecendo certas limitações disso. Porém, nem mesmo com uma ampliação das fontes em termos de espaço seria possível trabalhar com um conceito universal de Amazônia, pois nunca existiu uma visão homogênea dela.

1.4 AMAZÔNIA: BIOMA E FRONTEIRA

Mas o que é então a Amazônia? Essa é uma questão que ultrapassa muito o escopo deste trabalho. Porém ao ocupar-se com um dos significados atribuídos à Floresta Amazônica, é interessante que façamos algumas considerações sobre essa polissemia. Mesmo como categoria a Amazônia pode ser diversa: bioma, fronteira, floresta, região e assim por diante. Além disso, ao longo da sua história recebeu todo tipo de alcunha, o El Dourado, a “terra sem história” ou “à margem da história”, pulmão do mundo, hileia, paraíso perdido, celeiro do mundo, inferno verde e tantas outras. Os imaginários a respeito do que é a Amazônia se transformam ao longo

¹⁶ Camila B. M. Miranda, ao analisar as representações da Amazônia num recorte temporal similar ao deste trabalho compara as de um jornal endógeno (*Jornal do Commercio*, de Manaus) e exógeno (*O Globo*, do Rio de Janeiro) e pondera que: “Por mais que os olhares endógenos que foram analisados, de intelectuais e da imprensa amazônica, não sejam globais e não possam, de forma alguma, representar toda a Amazônia, eles ainda são, em comparação com os olhares exógenos analisados, mais críticos as simplificações. Isso não quer dizer que os olhares endógenos definem a Amazônia de forma mais correta. Mas, é perceptível o maior cuidado, via de regra, em ressaltar as especificidades da Amazônia, as alteridades, evitando encaixa-la em monumentos prontos; tentando com mais afincos trazer novos questionamentos.” (MIRANDA, 2018, p.62)

do tempo, e conforme quem os alimenta e quais os objetivos, quais seus planos e projetos para a região.

É justamente esse caráter histórico da natureza que permite uma análise mais aprofundada e menos homogeneizadora da Amazônia. Esse tipo de abordagem está em consonância com as recentes pesquisas que tomam a região como tema, que mostram diferentes propostas, problemáticas, e temporalidades, e com isso “propõem enfatizar as singularidades da conformação política, social, econômica e cultural constituídas na Amazônia” (LIMA, 2017, p. 93). Contudo, apesar de estar sempre ligada à natureza, afinal é uma floresta, é só mais recentemente que surgem trabalhos buscando analisar as interações históricas humanas com esse mundo natural amazônico para além de uma questão econômica. Principalmente a partir do final da década de 1990 com a expansão do campo da história ambiental.

Dentro dos três níveis de operação estabelecidos por Worster (1991), apesar da relação dinâmica entre todos, o que mais se destaca na análise do Inferno Verde é o referente às percepções e significações estabelecidos no diálogo entre humanos e natureza. Isso porque da mesma forma que a humanidade não flutua acima do planeta, não está também emersa da cultura e da linguagem. É então dentro dessa intersecção histórica, da humanidade e do ambiente natural, que o entendimento da Amazônia é aqui construído.

A investigação do caráter histórico da natureza é muito importante para estabelecer-se uma análise aberta e não reducionista das interações entre sistemas sociais e sistemas naturais ao longo do tempo (PÁDUA, 2010, p.101). Assim, evita-se propagar a ideia dicotômica de cultura *versus* natureza, por exemplo, que embasou muitos dos projetos relativos à Amazônia.

Dentro dessa abordagem, ao falar da Amazônia enquanto ambiente geográfico é preciso ressaltar que a Amazônia não é brasileira.

Figura 4 - Amazônia Transnacional



Fonte: COSTA, 2020

Sua extensão e história abrangem nove países, ou seja, toda a área em verde do mapa acima. Ela ocupa 70% do território da Bolívia, 65% do território do Peru, 55% do território do Brasil, 50% do território do Equador, 35% do território da Colômbia, 8% do território da Venezuela e 3% do território da Guiana Francesa (SOUZA, 2019, p. 30). No entanto, para este trabalho consideraremos o espaço de influência brasileira, a Amazônia Legal,

(...) por Amazônia Legal entende-se um espaço construído temporal e politicamente instituído pela Lei nº 1.806, de 6 de janeiro de 1953, e ampliado pela Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, e pela Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977. Foi ratificada pela Constituição Federal de 1988. Esses documentos estabelecem a sua abrangência. (FRANCHI, 2013, p. 28).

Essa delimitação vai além da floresta, abrangendo nove estados brasileiros¹⁷, correspondendo a 59% do território brasileiro e 65% da Amazônia como um todo.

¹⁷ Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e oeste do Maranhão.

Figura 5 - Amazônia Legal



Fonte: IBGE, 2020

Essa porção de terra destacada em verde no mapa, foi assim delimitada numa tentativa de unificar uma extensa e complexa área. Foi entendida como um conjunto de problemas a serem resolvidos através de políticas específicas para a região, sendo justamente dentro dessa concepção que vão operar os militares ao assumirem o poder em 1964. É então por essa razão que quando tratamos de Amazônia nos atemos às fronteiras nacionais.

Pode-se ainda falar da Amazônia como um dos seis biomas terrestres brasileiros reconhecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2004). Coutinho conceitua o bioma como:

(...) uma área do espaço geográfico, com dimensões de até mais de um milhão de quilômetros quadrados, que tem por características a uniformidade de um macroclima definido, de uma determinada fitofisionomia ou formação vegetal, de uma fauna e outros organismos vivos associados, e de outras condições ambientais, como a altitude, o solo, alagamentos, o fogo, a salinidade, entre outros. Estas características todas lhe conferem uma estrutura e uma funcionalidade peculiares, uma ecologia própria. (COUTINHO, 2006, p. 18)

No entanto, o botânico chama a atenção para a vastidão do domínio morfoclimático (referente ao clima, hidrografia, vegetação, relevo e solo) e fitogeográfico (distribuição vegetal) amazônico. Em toda essa extensão existem diferentes tipos de bioma, como a floresta de terra-

firme, a floresta de igapó, as caatingas do Rio Negro, os campos rupestres¹⁸ e assim por diante. “O domínio amazônico não é, portanto, um bioma único. Ele é um mosaico de biomas.” (COUTINHO, 2006, p. 18). Os biomas são regiões mais limitadas, com características uniformes, enquanto o domínio é mais heterogêneo, abarcando uma diversidade de biomas. Essa distinção é importante para complexificar o olhar sobre a Amazônia. A ideia passada pelo Inferno Verde em geral limita-se à floresta de terra-firme, com uma mata fechada, de árvores gigantes, ou da floresta de igapó, de inundação, ao lado dos rios. Além disso, um entendimento mais recente de bioma leva em consideração todos os ecossistemas ali presentes, sendo então também “o lugar de vivência de homens, mulheres e comunidades enraizadas muito antes que os conceitos científicos pudessem dar conta de sua visibilidade” (SCHUCH et al, 2021, p.13). Apesar de que em *latu sensu* se entenda Amazônia como um único bioma, deve-se atentar a quão diversificada é na verdade essa região, às várias escalas e aos diferentes agentes que ali se conectam, fazendo esses espaços mutáveis, históricos.

Há ainda mais uma categoria envolvendo a Amazônia que demanda atenção, a de fronteira. Tanto o bioma, quanto a fronteira são, assim como o Inferno Verde, conceitos. Bioma e fronteira são conceitos teóricos bastante complexos e indispensáveis quando tratamos das relações entre humanos e seu meio. Justamente por serem tão amplamente empregados e polissêmicos, com áreas de estudo específicos, não cabe, no escopo desse trabalho, um aprofundamento sobre essas diferenças teóricas. O que se faz aqui é um uso instrumental desses conceitos, valendo-se de sua plasticidade, para explicar as relações históricas que ocorrem na Amazônia. São instrumentos que perpassam toda a pesquisa e nos permitem pensar a construção e identificação do espaço da forma dinâmica e plural devida.

A Amazônia é, portanto, uma fronteira, não apenas no sentido de demarcação física de território, mas como uma situação histórica, uma produção do espaço. Ela o é no sentido de fronteira agrícola, fronteira do desenvolvimento, fronteira ecológica. Essas fronteiras surgem a partir de momentos e sujeitos diferentes, mas coexistem, e dizem sobre o lugar da Amazônia no cenário político-econômico brasileiro e mundial. Nesse sentido, a fronteira amazônica está muito ligada ao processo de expansão do capital, que ocorre de forma intensiva justamente no período da ditadura civil-militar. É nesse cenário que o Estado atua na região a partir de uma política de integração, desenvolvimento e colonização, cujos argumentos se baseiam na fronteira.

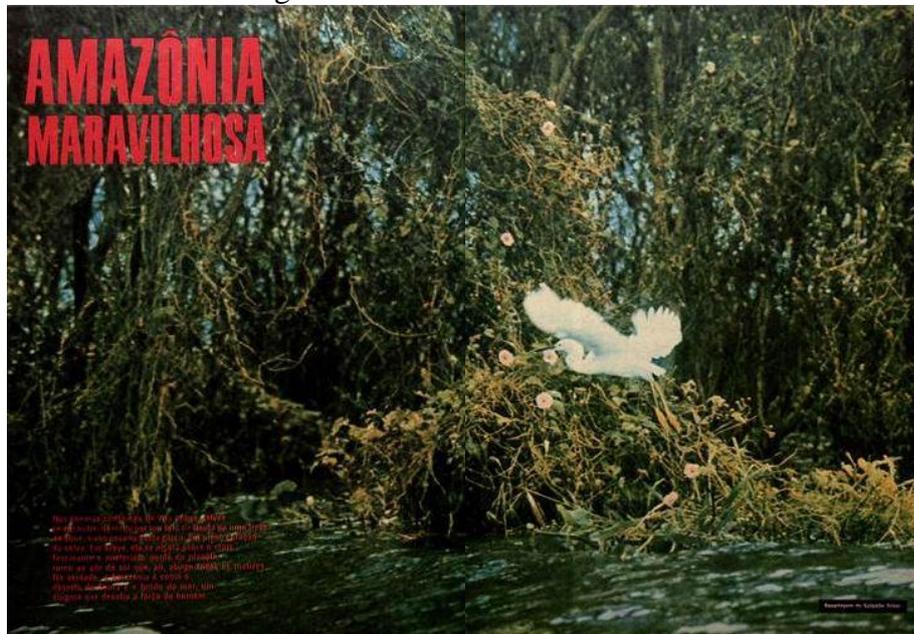
¹⁸ Correspondentemente: um bioma de floresta tropical pluvial do Zonobioma I, um bioma de floresta pluvial tropical do hidrobioma I, um bioma psamopeino-hidrobioma I e um litobioma do Orobioma I. (COUTINHO, 2006, p. 18)

A ideia de outro Brasil e de uma unidade nacional enquanto equacionadora dos problemas brasileiros foi a tônica das ações do Estado. Ou seja, o Estado definiu, com base em elementos empíricos, que a Amazônia era uma fronteira aberta para compor a unidade nacional e palco de políticas de integração. (RABELLO, 2013, p. 217)

Surgem para a construção dessa fronteira os argumentos do vazio demográfico, do risco para a segurança nacional, tornando a Amazônia fronteira de expansão econômica e demográfica. Dentro desse raciocínio ela é vista como um outro Brasil, uma fronteira dentro dos limites nacionais, diferente e que precisa adequar-se à estruturação dominante, à unidade. Nesse sentido o espaço da fronteira é o espaço do outro que precisa acompanhar o ritmo de um “Brasil grande”, ser modernizado, desenvolvido. Constroem-se representações para justificar, validar as ações, num processo de violência, não só física, mas simbólica (RABELLO, 2013, p. 230).

Podemos perceber como o conceito de Inferno Verde pode ter auxiliado nessa construção do outro, do oposto, na reportagem intitulada “Amazônia Maravilhosa” (MANCHETE, 25/04/64). A reportagem gira em torno de diversas imagens coloridas retratando e exaltando a fauna e flora da região.

Figura 6 - Amazônia Maravilhosa



Fonte: Manchete, 25/04/64, p. 48-49

Na imagem escolhida como capa da reportagem percebe-se essa ideia idílica da região, é possível ver uma vegetação densa, mas amigável, com a presença de flores, do céu azul, da água corrente e de uma garça branca em pleno voo. A reportagem traz ainda imagens do cacau, da vitória-régia, de pássaros, flores, rios e a juta, ora com a presença humana, ora sem, faz-se

uma verdadeira propaganda do potencial amazônico. Essa natureza é exuberante mas, acima de tudo, misteriosa, inexplorada, algo pontuado em vários momentos do texto, no entanto, é na última página da reportagem que temos um melhor entendimento de como isso integra a ideia de fronteira. A reportagem encerra colocando que: “Chamada, outrora, Inferno Verde, a Amazônia tem, hoje, outro conceito: um mundo maravilhoso que o Brasil precisa conquistar, povoar e engrandecer pelo trabalho” (MANCHETE, 25/04/64, p. 63). A natureza é maravilhosa porém está fora do ritmo do Brasil, é uma outra temporalidade, um outro mundo, entendido como um contratempo, que pode ser resolvido através do trabalho, da conquista e povoamento dessa terra, da expansão da fronteira moderna adentro desse mundo atrasado. A reportagem carrega o raciocínio do Inferno Verde como passado, uma fronteira que vai perdendo território, dando lugar ao desenvolvimento que poderia aproveitar o potencial desse “mundo maravilhoso”.¹⁹

Diante disso a fronteira se faz local de disputas de significados, já que marca o lugar do outro. A categorização da Amazônia como Inferno Verde, Eldorado ou qualquer outra está diretamente ligada ao lugar de fala do enunciador. O que caracteriza uma situação de fronteira é a presença do conflito (PÁDUA, 2000), que é gerado com a ação desses sujeitos de fora, dentro da fronteira. E aqui novamente, não estamos falando de uma fronteira física, então mesmo quem está dentro da região pode se entender do outro lado da fronteira. Essa relação conflituosa é perceptível principalmente a partir de projetos como os de colonização e integração, que geram constante deslocamento de atores sociais e a chegada de novos. “Existe uma relação difícil e pouco amadurecida entre diferentes interesses, propostas sociais, visões de mundo e, até mesmo, dimensões de realidade.” (PÁDUA, 2000, p. 798). Essas dimensões de realidade são diferentes porque vemos também o encontro de temporalidades históricas diferentes, a temporalidade das populações tradicionais, do desenvolvimento e, mais recentemente, da sustentabilidade.

1.5 DESENVOLVIMENTISMO E DITADURA

¹⁹ Esse tom da reportagem que retrata a região amazônica como um lugar maravilhoso e com grandes potencialidades a serem exploradas é também o mote do volume de outubro de 1971, da revista Realidade. A Realidade foi uma revista da editora Abril, que circulou de 1966 até 1976. Ela, assim como a O Cruzeiro e Manchete trazia grandes reportagens e fazia amplo uso do fotojornalismo. Em 1971, o número 67 da revista, com 348 páginas, foi inteiramente dedicado à Amazônia. Para além das reportagens em si, as propagandas que integram essa edição também vão no sentido de avançar as fronteiras de exploração sobre a região, fazendo uma verdadeira propaganda da floresta como um espaço a ser descoberto e explorado. A edição está disponível online na Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Mesmo com uma longa história de exploração econômica, até o início da década de 1970 apenas 1% da cobertura original²⁰ da Amazônia havia sido destruída (PÁDUA, 2000, p. 794). Em 2020 esse percentual já chegava na casa dos 15%, sendo que especialistas apontam que o ponto de inflexão (a partir do qual a floresta perde a capacidade de se autossustentar) seria com a perda de 20-25% da cobertura florestal (MAPBIOMAS, 2020). Há claramente uma grande mudança no ritmo de devastação da floresta a partir principalmente da década de 1970. Para entender a razão dessa mudança é preciso analisar quais políticas e projetos tornaram esse aumento possível.

O primeiro processo econômico mais planejado na região foi o ciclo da borracha, que durou entre a década de 80 do século XIX, até a primeira década do XX. A economia do látex gerou bastante entusiasmo por conta da riqueza propiciada pela exportação dessa matéria-prima. Esse efêmero ciclo econômico trouxe mudanças culturais e sociais de grande impacto, principalmente em Manaus e Belém. Foi um período de modernização caracterizado, sobretudo na arquitetura, pela influência da Belle Époque visível, por exemplo, no Teatro Amazonas. A construção da ferrovia Madeira-Mamoré também ocorre em função do escoamento da borracha. Apesar dos vários impactos desse período, eles foram, em geral, limitados. Além disso, esse processo econômico não resultou numa destruição significativa da floresta porque a extração da borracha era um trabalho extensivo e que exigia a preservação das seringueiras para garantir a continuidade da atividade.

Contudo, é na era Vargas que pode ser sinalizada a inauguração de um desenvolvimentismo político de caráter nacional no Brasil. Podemos perceber isso na Amazônia com a criação da Superintendência do Desenvolvimento Econômico da Amazônia (SPVEA)²¹, em 1953, que coordenava em nível nacional as atividades na região e o programa

²⁰ Essa cobertura original não significa uma floresta intocada. Carolina Levis e colegas (2018) demonstram com seu modelo conceitual interdisciplinar como os povos amazônicos manejaram a floresta de várias maneiras, interferindo com os processos ecológicos naturais e promovendo florestas domesticadas em torno de assentamentos humanos. Essa gestão da floresta se dá de forma intencional ou não, através das seguintes categorias de intervenção: (1) remoção de plantas não úteis, (2) proteção das plantas úteis, (3) atração de dispersores não humanos de plantas úteis, (4) transporte humano de plantas úteis, (5) seleção de fenótipos úteis aos humanos, (6) manejo do fogo; (7) plantio, (8) melhoramento do solo. (LEVIS, *et al*, 2018, p. 4, tradução nossa). Essa transformação começa com a chegada humana no Pleistoceno, até então existia uma floresta intocada, e se acelera durante o Holoceno. Com o crescimento das populações humanas as florestas intocadas vão gradualmente desaparecendo, dando lugar às florestas de crescimentos antigo (*old-growth forests*), “florestas maduras, sem interferência humana recente, mas não necessariamente intocadas” (LEVIS, *et al*, 2018, p. 8, tradução nossa). No entanto, esse manejo pré-colombiano, um processo de longuíssima duração, é de uma intensidade e extensão incomparável ao estabelecido com a chegada dos europeus e com o manejo florestal contemporâneo.

²¹ Foi o órgão responsável por executar o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, que buscou desenvolver as atividades agrícola, extrativa, mineral, pecuária e industrial na região.

Marcha para Oeste²², que buscava o desenvolvimento das regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil. Juscelino Kubitschek, a partir de 1956, deu continuidade aos projetos desenvolvimentistas na Amazônia com a construção das rodovias Belém-Brasília e Brasília-Acre. No entanto, um planejamento efetivo para a região ocorre somente com a ditadura civil-militar, quando o Estado muda de fato o ritmo de devassamento amazônico através de um projeto geopolítico desenvolvimentista²³. (MELLO, 2017, p. 59). Os militares desencadearam uma verdadeira dinâmica de destruição. Essa mudança de ritmo de certa forma é uma resposta ao que vinha acontecendo no Brasil, principalmente a partir da segunda metade do século XX, quando a modernização tornou-se a grande ambição de um país que buscava sua identidade, ou ainda, que buscava deixar para trás sua identidade de subdesenvolvimento.

A ditadura civil-militar foi “uma derrota catastrófica. Não apenas de um governo ou de uma liderança. De uma cultura popular. O fim de uma experiência republicana” (REIS, 2014, p. 85). Essa experiência republicana está ligada ao crescimento da abertura e participação civil na luta por direitos e melhorias. Apesar de ser difícil dizer quando as promessas de um novo tempo para os trabalhadores começam a se esboçar na elitista República, as suas conquistas efetivas foram acompanhadas de uma participação cada vez maior desses trabalhadores nos assuntos políticos dos quais sempre haviam sido excluídos. Essa atuação, como é de se imaginar, causa também uma aversão quase que proporcional a partir da segunda metade do século XX.

Essa tensão social atinge seu extremo no governo de João Goulart, intensificada pelo contexto mundial da Guerra Fria quando “as contradições acirravam-se entre os Estados Unidos e a União Soviética. O Brasil inseria-se nesse quadro de contradições e polarizações, onde se tornava difícil defender posições moderadas” (REIS, 2014, p. 78). Dentro desse contexto, Goulart teve que lidar com demandas históricas das esquerdas que, na verdade, foram estimuladas ao longo dos anos por ele mesmo: as reformas de base. As reformas de base²⁴ provocavam um grande medo na sociedade, de que um processo radical de distribuição de renda

²² Desenvolvido durante o Estado Novo, buscou a integração do interior do país ao litoral, historicamente mais desenvolvido, através da ampliação da malha rodoviária e a criação de núcleos de colonização.

²³ O desenvolvimentismo tem sua origem na Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal), em 1948. No entanto, o termo ganha conotações que vão além das cepalinas. O que vemos na ditadura civil-militar brasileira é a intervenção ativa e controladora do Estado na economia, com o beneficiamento das empresas que se aliam aos objetivos propostos pelo Estado, sejam elas estrangeiras ou nacionais, e limitando assim as que não se encaixam nas diretrizes prioritárias traçadas pelo Estado. “Dessa forma, o que se percebe no desenvolvimentismo é a escolha autoritária, por parte do governo, das áreas que ele considera mais relevantes para a economia nacional.” (MIRANDA, 2018, p. 102).

²⁴ Eram medidas que visavam reorganizar aspectos estruturais da sociedade brasileira, ou seja, reformas agrária, administrativa, universitária, tributária, eleitoral e assim por diante.

se instaurasse e que isso levasse o país à desordem e aos caos. A isso soma-se a influência norte-americana no contexto da guerra fria e uma tradição anticomunista que existia no Brasil há décadas. Assim no ensejo do golpe não havia um projeto a favor de algo, mas contra algo. A questão imediata era depor Goulart e, depois, fazer uma “limpeza” política. Somente mais adiante e com difíceis entendimentos entre facções das Forças Armadas, surgiria um ideário do regime dos militares.

Dessa forma, a ditadura foi arquitetada através do medo de um outro oculto, da necessidade imperativa de agir contra algo. Essa construção do medo na sociedade brasileira deve muito a uma campanha política, ideológica e militar travada pela elite orgânica centrada no complexo IPES/IBAD²⁵. É também através do medo que a Doutrina da Segurança Nacional (DSN) ganha força. No Brasil essa ideologia é formulada dentro da Escola Superior de Guerra (ESG) com a influência e o dinheiro injetados pelos Estados Unidos da América. É da ESG que saem as principais cabeças que pensaram o regime militar. A doutrina tinha como objetivo identificar e eliminar os inimigos do Estado, internos e externos.

A DSN alimenta de forma intensa a compreensão presente nas Forças Armadas de que era seu papel zelar pela proteção da pátria. No contexto de Guerra Fria, ordem e segurança estavam diretamente ligados ao anticomunismo. Por isso, “ocupar, desenvolver e integrar” a Amazônia não é apenas um ato político-econômico, mas também ideológico, estratégico e de caráter repressor (MIRANDA, 2018, p. 95).

É nesse ponto que a DSN torna-se essencial para delimitar o lugar que a Amazônia ocupou durante a ditadura civil-militar no Brasil. A ideia de que a região amazônica representava um vazio demográfico, uma fronteira, ameaçava a soberania nacional²⁶, por isso era imperativo que o Estado brasileiro ocupasse, desenvolvesse e integrasse a região. Essa atitude do período é resumida no famoso bordão de Castelo Branco, “integrar para não entregar”. Essa integração ocorre dentro da já citada política econômica desenvolvimentista, com o fortalecimento do capitalismo e empresas privadas, a partir do desenvolvimento tutelado pelos militares.

Essa lógica se materializa através da Operação Amazônia que, lançada pelo governo de Castelo Branco (1964-1968), visava dar forma e legitimar a visão estratégica de desenvolvimento e controle que o regime direcionava à Amazônia, através da criação de leis e

²⁵ O complexo fundado em 1961 por grupos civis e militares era formado pelo IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) e sua entidade irmã, o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), atuou como uma reação conservadora ao governo de João Goulart, articulando uma séria de ações de cunho ideológico legitimadores do golpe e regime militar.

²⁶ A ideia da cobiça internacional pela Amazônia não surge com os militares, mas está presente desde a definição de suas fronteiras. Há no século XX uma continuidade do argumento de que é preciso integrar a região e evitar a presença estrangeira.

medidas administrativas que permitissem a sua integração ao cenário socioeconômico do Brasil. Dentro do plano ocorre por exemplo a criação de diversos fundos de investimentos, a reestruturação do Banco da Amazônia (BASA) e a reformulação em 1966, da Superintendência do Desenvolvimento Econômico da Amazônia, de Vargas, transformada em Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Tanto o BASA quanto o SUDAM buscavam estimular economicamente a construção dos grandes projetos e os programas de colonização. Apesar da mudança de ritmo radical empregada no regime militar, a intervenção na Amazônia segue diretrizes que já vinham sendo desenvolvidas na década anterior.

A DSN ganha forma, financiamento e legitimação através dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND), o I (Lei nº 5.727, de 4 de novembro de 1971) abrangendo o período de 1972-1974 e o II (Lei nº 6.151, de 4 de dezembro de 1974) os anos de 1975-1979. Foram os planos econômicos que regeram as ações militares no território amazônico a partir de três linhas: a integração espacial através da expansão da malha rodoviária, a integração populacional através dos projetos de colonização e a distribuição de subsídios para atrair investimentos para a região.

A construção ou melhoramento de grandes rodovias que integrassem a região amazônica como a Manaus-Porto Velho (BR-364), Cuiabá-Santarém (BR-163), Perimetral Norte (BR-210) e a Transamazônica (BR-230) acontece dentro dos PND através do Plano de Integração Nacional (PIN), lançado durante o governo Médici (1969-1974), que tinha a Transamazônica como principal destaque.

As rodovias buscavam superar o “vazio demográfico” da Amazônia, bandeira também levantada para justificar os projetos de colonização. Além do “vazio demográfico” os programas de colonização visavam solucionar os problemas do Nordeste e conflitos fundiários do Centro Sul, realocando essa população na região Norte, através da cooperação entre as autarquias SUDAM e SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), e com o auxílio do Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agro-Indústria do Norte e Nordeste (PROTERRA)²⁷. Empreendeu-se então uma distribuição de terras na Amazônia a partir das diretrizes do Estatuto da Terra²⁸. Ao longo do regime foram criados outros órgãos e legislações que dispunham da colonização na Amazônia, um dos mais importantes sendo o

²⁷ Decreto-lei nº 1.179, de 6 de julho de 1971.

²⁸ O Estatuto da Terra foi um dos primeiros códigos elaborados inteiramente pelo regime militar, criado pela lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 que “regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola” (BRASIL, 1964).

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em 1970, responsável pela execução de projetos como os PICs (Projetos Integrados de Colonização).

Há ainda outras dezenas de planos, leis, programas, projetos e órgãos criados pelos governos militares e que buscavam organizar sua atuação dentro do território amazônico. Uma importante vitrine desses projetos foi a Fazenda da Companhia Vale do Rio Cristalino, em Santana do Araguaia, estabelecida em 1973 pela Volkswagen e que orgulhava-se de queimar a floresta em nome do progresso²⁹. Já em 1978, o governo anunciou a implantação dos chamados “contratos de risco”, para a exploração madeireira da Amazônia. O lucro dessa exploração era avaliado em 90 bilhões de dólares e pretendia angariar recursos para o pagamento da dívida externa brasileira, que foi multiplicada pelos próprios militares. Já nos anos 1980, o Programa de Desenvolvimento Integrado do Noroeste do Brasil (Polonoroeste), objetivava a abertura da rodovia BR-364, entre Rio Branco e Porto Velho, com um programa de colonização conjunto³⁰.

O golpe de 1964 permitiu que os militares colocassem em prática seus projetos baseados principalmente na DSN e no alinhamento com o mundo ocidental capitalista. Assim, não se pode esquecer que a

modernização implantada na região é fundamentalmente autoritária. Ela pode ter trazido alguns benefícios para parcelas da população local e pode ter melhorado razoavelmente certas condições nas áreas de energia e transporte, por exemplo. Porém, os conflitos existiram, vidas foram sacrificadas, culturas foram subjugadas e dizimadas (MIRANDA, 2018, p. 197).

É nesse sentido, de uma atuação autoritária imposta a partir de fora, que a fronteira amazônica é criada e materializada durante o período da ditadura civil-militar brasileira. As fronteiras são criadas a partir de representações que surgem para validar ações através de um processo conflituoso, violento. Buscar-se-á no próximo capítulo entender melhor como uma dessas representações, o Inferno Verde, integra esse processo.

²⁹ Para saber mais sobre a fazenda Rio Cristalino, ver ACKER (2014).

³⁰ No entanto, “o plano se revelou desastroso: levou à perda da rica biodiversidade da floresta, motivou conflitos entre os indígenas e os colonos e ampla insatisfação, pois os solos não eram propícios à agricultura” (PEREIRA, FIUZA, FRITZ, 2020, p. 6). Esse foi um projeto com grande repercussão internacional negativa, devido a série documental “A década de destruição” do cineasta britânico Adam Cowell, que no episódio “Nas Cinzas da Floresta” traz o ambientalista José Lutzenberger denunciando o modelo de colonização implementado. O episódio foi transmitido em várias emissoras brasileiras e resultou em sessões comentadas em vários países, algumas com a presença de Lutzenberger (PEREIRA, FIUZA, FRITZ, 2020).

2. “A SELVA, ASSUSTADORA, É MARAVILHOSA E SEMPRE HÁ COMO VENCÊ-LA”

“A conquista da selva deixou de inspirar romancistas para motivar os pioneiros do desenvolvimento que desconhecem os obstáculos e dificuldades. A selva, assustadora, é maravilhosa e sempre há como vencê-la. Somente um planejamento e uma ação integrados, com a participação de todos os ministérios e dos governos da região, poderá iniciar a conquista dos imensos espaços vazios da Amazônia” (MANCHETE, 1967, p.67).

2.1 A AMAZÔNIA NÃO É MAIS INFERNO

Figura 7 - Belém-Brasília



Fonte: Manchete, 31/01/59, p. 42-43

Em 1959 a revista Manchete anunciava a conquista da Amazônia. Na foto é possível ver a floresta rasgada por um trajeto de onde foram cortadas e retiradas as árvores, deixando um claro contraste com as ainda em pé. Essa linha de 20 metros de largura é a Belém-Brasília, uma enorme rodovia construída para ligar a nova capital do Brasil com a cidade paraense, ou seja, mais de 2 mil quilômetros cortando a floresta. Foi construída por Juscelino Kubitschek no

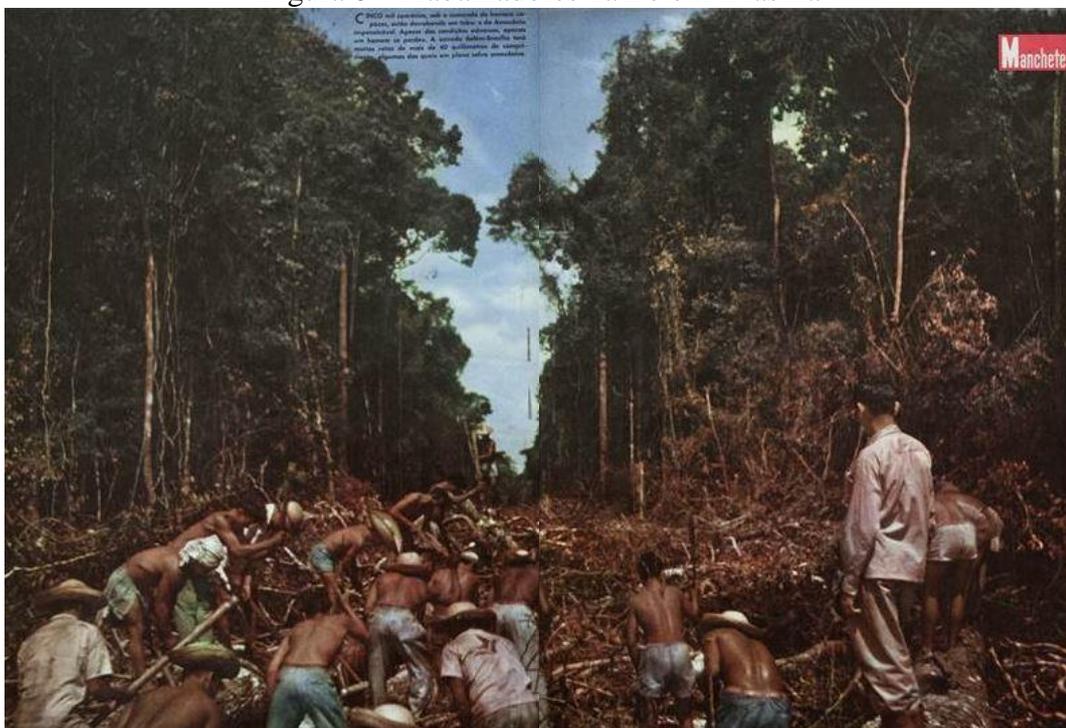
auge do seu plano desenvolvimentista. A reportagem da Manchete narra o início dessa construção:

O homem acaba de penetrar 500 quilômetros na Floresta Amazônica, que, segundo os sábios europeus Agassiz e Humboldt, era inexpugnável. Desde a célebre jornada do infeliz aventureiro espanhol Francisco Orellana, o elemento humano foi considerado um intruso na Amazônia, cujos agentes geológicos modeladores ainda não concluíram o seu trabalho. A terra não está bem pronta, mas a necessidade de ligar o Norte ao Sul pelo interior fez rasgar uma estrada, em cujas margens ainda ruge uma fauna feroz. (MANCHETE, 31/01/59, p. 43).

O brasileiro enfim adentra no ambiente que não lhe pertence, que, em consonância com o que colocava Euclides da Cunha ao falar de uma floresta jovem e inacabada, ainda está num tempo anterior ao da humanidade. Porém a necessidade do progresso, da integração é maior do que qualquer barreira natural. A estrada vem como meio de desbravar e dominar a fauna feroz, de trazê-la ao presente. Vem para acabar com “o tabu que tem impedido o desenvolvimento da Amazônia: ela não é impenetrável” (MANCHETE, 31/01/59, p. 43). O inferno é um tabu a ser derrubado, a Amazônia pode ser conquistada.

A reportagem traz várias fotos mostrando essa conquista do inexpugnável através do trabalho, seja com ajuda de aviões e máquinas ou com a força da enxada e picareta.

Figura 8 - Trabalhadores na Belém-Brasília



Fonte: Manchete, 31/01/59, p. 46-47

Cinco mil trabalhadores, sem uma estrutura de trabalho, “sob o comando de homens capazes” como diz a reportagem, retiram os galhos que restaram após o trabalho das máquinas e assim vão delimitando o espaço da rodovia. É preciso salientar que não é uma coincidência a maioria dos trabalhadores presentes nas imagens serem homens negros. A abertura dessas estradas na floresta era um trabalho intensivo, perigoso e extenuante, portanto a presença maciça de trabalhadores não brancos indica o lugar de exclusão e precarização dessas pessoas na sociedade brasileira. A debilidade do trabalho em um contexto racializado, nos permite pensar essa realidade a partir do racismo ambiental, já que gera injustiças sociais e ambientais para minorias étnicas.

O desenvolvimento afinal não é um termo abstrato, mas acontece a partir das mãos desses trabalhadores que, com as informações da reportagem, não há como saber ao certo se são moradores da região ou vindos de outros lugares. Isso porque, como visto anteriormente, à construção de estradas seguem-se os planos de colonização, e a própria reportagem, após trazer imagens e informações sobre a construção da estrada, anuncia: “O ex-Inferno Verde já está sendo colonizado” (MANCHETE, 31/01/59, p. 49). O SPVEA, responsável pela construção da estrada foi também quem se ocupou da colonização das suas margens, e previa o desenvolvimento de plantações de milho e arroz cujos lucros abasteceriam as cidades que se estabeleciam.

A reportagem de nove páginas mostra um dos grandes orgulhos do governo JK, marcado por grandes obras e pelo incentivo rodoviário. É o desenvolvimentismo político de caráter nacional, legado de Vargas e que encontrará o seu ápice nos governos militares. A reportagem é muito marcante para o entendimento desse período posterior por noticiar uma das primeiras obras de grande porte na Amazônia. As imagens desse canteiro de obras gigante dentro da floresta certamente foram marcantes para os leitores da revista. Atualmente a imagem de destruição da floresta é a mais recorrente quando pensamos nela, porém a Belém-Brasília surge antes da mudança no ritmo de devastação da floresta, que ocorre a partir principalmente da década de 1970, quando a realidade de desmatamento ainda não era tão presente. A Amazônia no final da década de 1950 ainda era vista como intocada, misteriosa, cercada de medos e receios e que começava aos poucos a se tornar o ex-inferno, uma promessa para o futuro. Um projeto como esse é muito impactante, pois apesar de já se falar na conquista da Amazônia há várias décadas, foi a partir de obras como a Belém-Brasília que isso tornou-se possível.

A rodovia, e outros projetos desenvolvimentistas na Amazônia, são importantes antecedentes da ação que os militares vão empreender a partir do golpe de 01 de abril de 1964.

Essa ação é muito mais planejada e efetiva do que as existentes até então, estruturando-se em torno dos seguintes argumentos:

- 1) a necessidade de colonizar, povoar, desenvolver;
- 2) a identificação da região como um vazio demográfico;
- 3) a falta/necessidade de integração da Amazônia com as demais regiões do país;
- 4) a cobiça internacional;
- 5) os recursos naturais da região como capazes de promover o desenvolvimento nacional; e
- 6) a ameaça à soberania (FRANCHI, 2013, p. 262).

Com base na DSN e no desenvolvimentismo, a Amazônia é tomada como verdadeiro símbolo militar do potencial brasileiro e por essa razão é preciso adicionar um outro argumento muito importante que estrutura a ação militar, o da legitimidade. Um regime só se mantém ao longo do tempo, e esse se manteve por longos 21 anos, se conseguir construir alguma base de legitimidade. O golpe foi dado em nome da democracia, supostamente ameaçada, e alcançado o poder, os militares precisavam se mostrar necessários para justificar de alguma forma sua permanência nele. A Amazônia foi uma das principais formas de se fazer isso. Essa relação é indubitável nos discursos que o marechal Humberto Castelo Branco³¹, primeiro presidente do período, deu em visita à região amazônica.

Ser-me-á sempre agradável voltar ao Amazonas, que ninguém poderá conhecer sem guardar indelével impressão, tantas as singulares e extraordinárias condições que possui. Maior, entretanto, a minha satisfação ao retornar ao Amazonas renovado pela Revolução. Na realidade, e a exemplo do que ocorreu em outras unidades da Federação, precisou o Movimento de 31 de Março intervir vigorosamente, conforme previsto na Legislação, para pôr cobro a um estado da cousas incompatível com os princípios e objetivos que o haviam inspirado e são o norte invariável do Governo (BRANCO, 1965, p. 205).

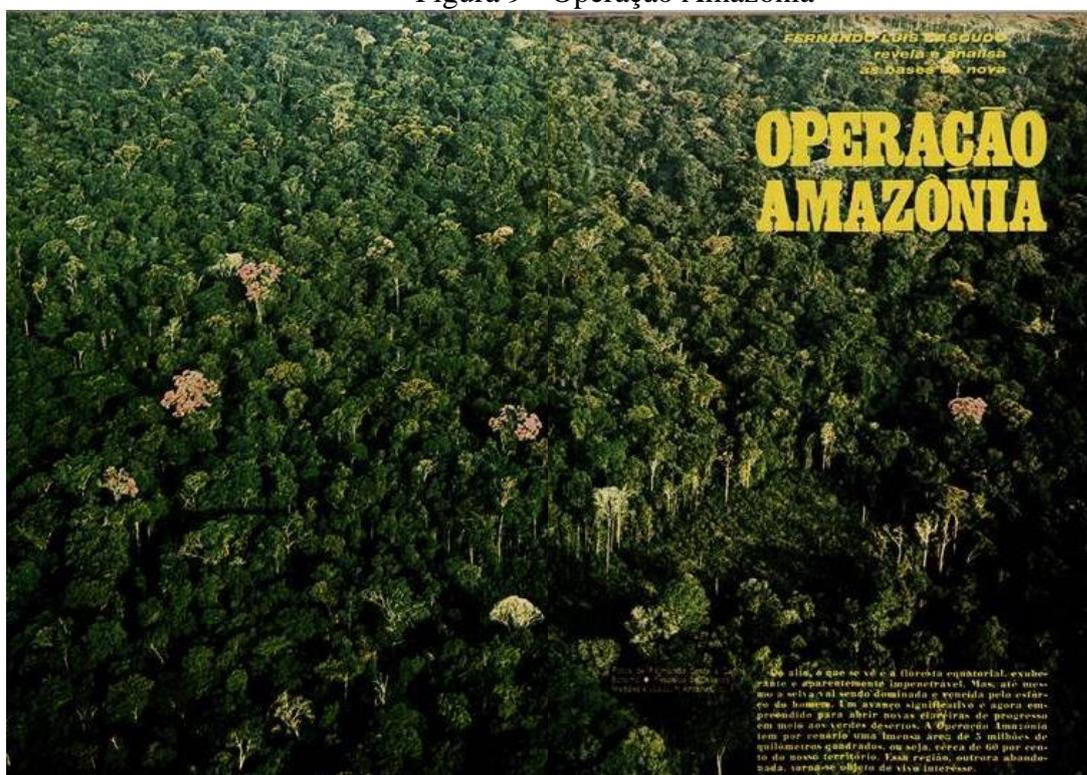
Castelo Branco inicia seu discurso no Palácio Rio Negro exaltando a singularidade e potencial do Estado. No entanto, assim como em outras regiões do Brasil, esse potencial estava sendo desperdiçado, e por isso era indispensável a tomada de poder pelos militares através de um golpe, no discurso colocado como um movimento em conformidade com a Legislação. Nesse trecho percebe-se primeiro a exaltação à ditadura no sentido de renovar o Brasil e depois a tentativa de legalização do golpe, colocado como um movimento, uma revolução. A renovação e desenvolvimento ocorre na região amazônica como um meio de exercer o controle, um exercício autoritário de poder, “dentro de um Projeto de Nação que interliga definições rígidas de economia, sociedade, política e cultura ideais” (MIRANDA, 2018, p. 133).

Essa autolegitimação através da civilização da floresta é materializada a partir da Operação Amazônia, anunciada em 1966 por Castelo Branco. É significativa a escolha do nome vindo de um marechal do exército, já que as operações militares visam resolver um problema

³¹ Teve seu mandato presidencial de 15 de abril de 1964 a 15 de março de 1967.

que ameaça o Estado através de ações coordenadas a partir de um plano militar. Resume muito bem a abordagem escolhida pela ditadura.

Figura 9 - Operação Amazônia



Fonte: Manchete, 10/12/66, p. 44-45

A imagem que abre a reportagem anunciando essa operação é justamente o seu alvo, a floresta:

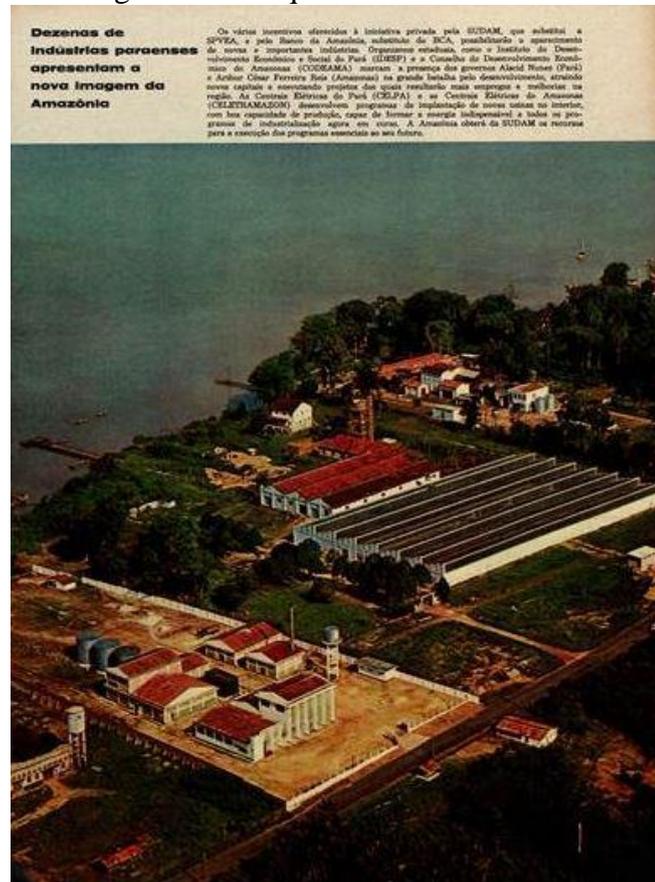
Do alto, o que se vê é a floresta equatorial, exuberante e aparentemente impenetrável. Mas, até mesmo a selva vai sendo dominada e vencida pelo esforço do homem. Um avanço significativo é agora empreendido para abrir novas clareiras de progresso em meio aos verdes desertos. A Operação Amazônia tem por cenário uma imensa área de 5 milhões de quilômetros quadrados, ou seja, cerca de 60 por cento do nosso território. Essa região, outrora abandonada, torna-se objeto de vivo interesse (MANCHETE, 10/12/66, p. 45).

A legenda dessa imagem coloca a floresta como exuberante, colossal, mas um deserto verde³², uma região abandonada e propaga a ideia da penetrabilidade da selva, através do esforço da humanidade, que permite, finalmente, a chegada do progresso. É divulgado o vazio demográfico e a integração nacional, ou seja, a DSN sedimenta-se para além do discurso dos militares. Reforçando essa mensagem não há, em todas as demais 19 páginas da reportagem,

³² Atualmente, o termo deserto verde refere-se às monoculturas de árvores não nativas, para a produção de celulose, carvão vegetal ou madeira. Esse tipo de plantação tem como consequência a erosão do solo, desertificação e a perda da biodiversidade, portanto, um termo que não cabe à Floresta Amazônica.

outra imagem da floresta, mas sim de todos os empreendimentos em curso nela. Edifícios, cidades, portos, parques industriais, plantações e a rodovia Belém-Brasília são exemplos da grande operação militar.

Figura 10 - Parque Industrial de Belém



Fonte: Manchete, 10/12/66, p. 51

O parque industrial de Belém marca a nova imagem da Amazônia, diferente da que se tem na abertura da reportagem. Ao anunciar a operação, Castelo Branco afirma “Nosso desejo é proporcionar à Amazônia condições para ingressar numa nova era de prosperidade” (MANCHETE, 10/12/66, p. 60). No mesmo espírito de inovação e mudança, o General Mário de Barros Cavalcanti, diretor do SUDAM, fala em uma nova atitude representada pela Operação Amazônia:

Sendo produto de uma tomada de posição realista, equidistante a um só tempo, da compreensão da Amazônia como região pitoresca, propícia aos temas literários, e da concepção errônea de Inferno Verde, a Operação Amazônia repousa no conhecimento sereno e seguro da região, em busca de soluções parciais a curto, médio e longo prazo, para culminar numa solução global que esperamos seja alcançada no menor espaço de tempo (MANCHETE, 10/12/66, p. 73).

O Inferno Verde já não cabe mais para representar a Amazônia dentro dos planos da ditadura. Ou melhor dizendo, serve muito bem ao propósito de superação deste, em oposição à

nova visão da floresta. O Inferno Verde é subjugado pelo progresso, tanto na esfera das representações, por ser uma concepção errônea, quanto no plano físico, não há mais o maciço florestal, mas sim maciços industriais.

2.2 A PRESENÇA OTIMISTA E CONFIANTE DAS REVISTAS

Se o governo Castelo Branco inaugura os projetos desenvolvimentistas militares na região com a Operação Amazônia, os governos seguintes vão intensificar e fortalecer essa estratégia. Já anunciava seu sucessor, Artur da Costa e Silva³³, mesmo antes de assumir a presidência, em viagem à região: “Podem confiar, os que vivem na Amazônia, no governo que se inaugurará, pronto para executar um plano racional, de grande envergadura, para incorporar, definitivamente, na comunidade nacional, esta fabulosa região” (O CRUZEIRO, 19/09/66, p. 37). Integração era a palavra de ordem.

A Manchete fez em janeiro de 1967 uma reportagem especial de 49 páginas intitulada “Amazônia. Aqui começa a segunda descoberta do Brasil”. Nela revela como o governo Costa e Silva iria empreender a conquista e integração da Amazônia. Para isso aborda diversos assuntos e projetos presentes na região: refinaria de petróleo, indústrias de todo tipo, agricultura, turismo, a construção de usinas hidrelétricas, o papel das forças armadas sediadas na Amazônia, a construção de universidades, da Zona Franca de Manaus a presença e indígena e etc. Esses assuntos são introduzidos com o seguinte parágrafo:

Amazônia. O nome evoca imagens como inferno verde, misteriosas tribos de índios, lendas estranhas, florestas impenetráveis onde desaparecem aviões, local para filmes exóticos, caçadas e safaris. A partir de agora, essas imagens começarão a ser modificadas. Depois de séculos de temor e de impotência ante a grandeza da Amazônia, os brasileiros vão enfrentá-la, desvendá-la, ocupá-la. Seu nome passará a ser associado com pioneirismo, trabalho, estradas e colonização. A ocupação física e a integração da Amazônia ao restante do país é hoje uma diretriz básica e prioritária do Governo Costa e Silva, num esforço conjunto de todos os seus ministérios e órgãos federais. Com quatro milhões e 500 mil quilômetros quadrados, a Amazônia foi transformada em bandeira de segurança nacional (MANCHETE, 11/01/67, p. 83).

Novamente o Inferno Verde é evocado apenas para demonstrar como está sendo redimido pelo governo. Ele será modificado, enfrentado, desvendado, ocupado, através do trabalho, da construção de estradas, da colonização. É o novo símbolo da segurança nacional. São várias as fotos, muitas aéreas, que ilustram como a paisagem vai se adequando às novas definições da região. Em sua maioria são imagens de canteiros de obras, construções não finalizadas ou recém construídas, dando a sensação de um novo mundo, promissor, em

³³ Atuou como presidente de 15 de março de 1967 até 31 de agosto de 1969.

baseados nos planos de Costa e Silva. Essa relação entre os planos do governo, a revista e as propagandas está também presente na última frase do parágrafo introdutório:

Ao apresentar esta grande reportagem especial, MANCHETE marca a sua presença otimista e confiante na hora em que tem início esse desafio dos séculos, consciente de que não se pode falar em desenvolvimento brasileiro sem a redenção da Amazônia, metade do Brasil (MANCHETE, 11/01/67, p. 83).

A Manchete, e conseqüentemente seus patrocinadores, fazem questão de marcar sua presença e prestar o seu apoio aos planos do governo. O próprio número de páginas reservado para a reportagem mostra o alinhamento com essas estratégias. Isso porque o desenvolvimento realizado pelos governos militares na Amazônia está inserido em um processo mais amplo, nacional e que inclui, entre outras coisas, o crescimento dos veículos de comunicação, “que está diretamente relacionado ao avanço do capitalismo tutelado pelo Estado durante o regime ditatorial” (MIRANDA, 2018, p. 71).

Assim, há no período uma expansão das telecomunicações, uma estruturação de um conjunto de diretrizes específicas para a cultura. Essa estruturação, é claro, beneficiou aqueles que apoiaram o regime. Isso porque, como discutido anteriormente, havia uma preocupação da ditadura com a legitimação do regime e para garantir isso era necessário ir além da criação de órgãos de propaganda oficiais. A mídia tem papel central nas dinâmicas político-sociais e por isso são especialmente importantes em regimes totalitários, quando o Estado exerce censura ou manipulação das informações apresentadas. Ao tomar a imprensa como fonte histórica é preciso reconhecer que sua atuação não está limitada à esfera das ideias, “pelo contrário, o conteúdo midiático, em todas as suas formas, concorre na fabricação e perpetuação de visões de mundo que constituem a existência humana” (MIRANDA, 2018, p. 26). A Manchete e O Cruzeiro eram revistas de grande tiragem e por isso eram importantes aparelhos ideológicos do Estado, disseminando a leitura que os militares faziam do Brasil.

Tratam-se de revistas de alto custo de produção, devido ao tamanho de suas reportagens e a quantidade de imagens coloridas. Por isso, além do dinheiro das vendas, Manchete e O Cruzeiro dependiam de altos financiamentos e publicidade, assim sendo, “desagradar ao Estado poderia implicar em redução de receita publicitária, logo não só evita-se o que não deve ser publicado, como, em contrapartida, fomentam-se dizeres que agradem ao preço de mais financiamento” (MENEZES, 2007, p. 39), há uma espécie de censura econômica. Esse alinhamento dessas revistas ao poder em busca de vantagens particulares não é novidade da

ditadura civil-militar, ambas praticaram essa flexibilidade política desde que foram inauguradas, particularmente com Vargas e JK³⁴.

Portanto, para valer-se dos benefícios dados pelo governo militar para aqueles que o apoiava, a *Manchete* e *O Cruzeiro* participam do que Menezes (2007, p. 26-27) explica como enquadramento jornalístico³⁵, ou seja, a seleção, saliência e silêncio dos temas abordados pelos veículos. São formados padrões a partir dessas seleções, ênfases e exclusões, através dos quais o discurso é organizado, com a exploração de certos aspectos em detrimento de outros³⁶. Assim, a apresentação dos ideais militares nas revistas era feita de modo a parecer despolitizada, alcançando uma melhor propagação, já que historicamente há uma crença na neutralidade jornalística, na honestidade dos “fatos”. Por isso a opinião política dessas revistas não está limitada aos editoriais, por exemplo, mas expressa ao longo de todo o seu conteúdo.

2.3 “ANTES, O INFERNO VERDE. AGORA, A TRANSAMAZÔNICA. ALGUMA DÚVIDA?”

Seguindo os planos de seus antecessores, Emílio Garrastazu Médici³⁷, continuou o desenvolvimento e a integração da Amazônia, engendrando a maior e mais polêmica empreitada com esse objetivo: a Transamazônica. Em junho de 1970, Médici visitou o Nordeste do Brasil e no mesmo mês, assim que retornou à Brasília, anunciou o Plano de Integração Nacional (PIN), que prometia a construção das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém.

A Transamazônica, também conhecida como BR-230, tem uma extensão de mais de quatro mil quilômetros, indo do estado da Paraíba até o Amazonas, teve seu primeiro trecho inaugurado em setembro de 1972, mas nunca foi integralmente concluída, com trechos sendo pavimentados até os dias de hoje³⁸ e diversos outros trechos sendo recuperados aos longos dos anos³⁹, tendo ainda muitas partes intransitáveis em vários períodos do ano.

³⁴ Ver, por exemplo, PÁDUA (2013).

³⁵ Existe uma diferença entre a censura repressiva, quando há o fechamento de jornais e revistas e de uma censura disciplinadora, quando há uma adaptação dos conteúdos, um enquadramento. A ditadura brasileira impôs extensivamente ambas.

³⁶ Os não ditos desse enquadramento são muitos, mas pensando nos projetos referentes à Amazônia podemos levantar assuntos como a questão ambiental, os povos indígenas, as mazelas sociais da construção de estradas e outras infraestruturas, o apagamento de culturas, a presença de conflitos, entre outros.

³⁷ Seu mandato presidencial foi de 30 de outubro de 1969 até 15 de março de 1974.

³⁸ O último trecho entregue pavimentado foi em junho de 2021, no estado do Pará (Governo do Brasil, 2021). Disponível em <https://bit.ly/3zHg7sH>. Acesso em: 08 jan. 2022.

³⁹ Ver os resultados para “Transamazônica” no site do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. Disponível em <https://bit.ly/3n7ulyd>. Acesso em: 08 jan. 2022.

Figura 12 - Mapa da BR-230



Fonte: Ministério dos Transportes, 1999, Wikimedia Commons

No mapa é possível ver qual o estado da rodovia atualmente, o trajeto pavimentado (linha vermelha), os trechos implantados (em rosa) e o trecho planejado, mas não construído (em amarelo). Um dos principais objetivos da BR-230 foi realocar o excedente demográfico do Nordeste⁴⁰ para a região amazônica, como anunciou Médici em Manaus, em uma reunião do SUDAM:

Aquilo que não se pode fazer devido à escassez de capital pode ser feito com um programa integrado de colonização e de desenvolvimento, com um mínimo de recursos econômicos, capaz de gerar rapidamente a riqueza, para complementar, sem inflação, o esforço necessário à solução dos dois problemas: o do homem sem terras no Nordeste e o da terra sem homens na Amazônia (MÉDICI, 1970, p. 149).

A Transamazônica representa a solução para duas das regiões consideradas mais atrasadas pelo governo militar. Assim, além de construir a estrada, o governo se responsabilizou pela distribuição das terras às suas margens⁴¹, através do INCRA. Para receber o título definitivo de posse da terra, o colono precisava desmatar parte da propriedade recebida e dar

⁴⁰ Apesar do grande foco ser a migração da população do Nordeste para a região, isso nem sempre aconteceu. Houve também um considerável deslocamento de colonos de outras regiões do país, até mesmo do Sul, atraídos pela propaganda e benefícios governamentais. Inclusive de agricultores da região Oeste do Paraná, que tiveram suas terras alagadas pela construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, outra das obras “faraônicas” do regime militar (RIBEIRO; LEOPOLDO, 2003).

⁴¹ É preciso ainda salientar que a construção da estrada e a vinda desses colonos afetou diretamente as populações indígenas em seu entorno, que sofreram com confrontos diretos, epidemias e o desequilíbrio ecológico de seu habitat, com a fuga da caça e o desmatamento.

início às atividades agrícolas. Dez quilômetros à direita e à esquerda da estrada destinavam-se a essa colonização⁴², que foi estabelecida pelo Instituto “através de agrovilas, agrópolis e rurópolis. Essas são modalidades de ocupação da área que respondem a um nível hierárquico de complexidade, variando em função da demanda populacional a que devem atender” (MENEZES, 2007, p. 57).

É, portanto, uma obra que sintetiza muito bem os propósitos do regime já que reúne a integração, segurança e desenvolvimento nacional. Além disso, há outros interesses, como a questão do impacto da Transamazônica na legitimação do governo, a descoberta de riquezas minerais ao longo do trajeto planejado e o beneficiamento das grandes empreiteiras envolvidas. A rodovia foi feita “exclusivamente por empresas privadas nas suas obras civis, ao contrário de outras rodovias da região que tiveram trechos ou sua integralidade feita pelos batalhões de engenharia do exército, como foi o caso da Cuiabá-Santarém” (CAMPOS, 2021, p. 73). Todas as empreiteiras envolvidas na obra eram de fora da região amazônica⁴³.

Tanto pela sua centralidade nos planos do governo, quanto pela sua magnitude, a rodovia foi tema de diversas reportagens na Manchete e n’O Cruzeiro.

⁴² Os resultados da colonização ao longo da Transamazônica ficaram muito aquém do prometido, em alguns lugares resultando em verdadeiros fracassos, com terrenos sendo abandonados. Isso se deveu a diversos fatores como a falta da infraestrutura prometida pelo governo; a má distribuição das terras, onde alguns lotes ficavam sem acesso a cursos d’água, por exemplo; a baixa produtividade do solo, ante a implementação de uma agricultura nos moldes da Revolução Verde que não se adequava a região, resultando em baixíssima produtividade. Além disso, grande parte dos terrenos da região foram adquiridos por grandes grupos econômicos, muitos do exterior, o que causou diversos conflitos fundiários devido à concentração de terra (CAMPOS, 2021, p. 77).

⁴³ As empresas que ganharam a licitação inicial foram: Mendes Júnior, Cristo Redentor, Queiroz Galvão, EIT, Rabello, Camargo Corrêa e Paranapanema (CAMPOS, 2021, p. 3).

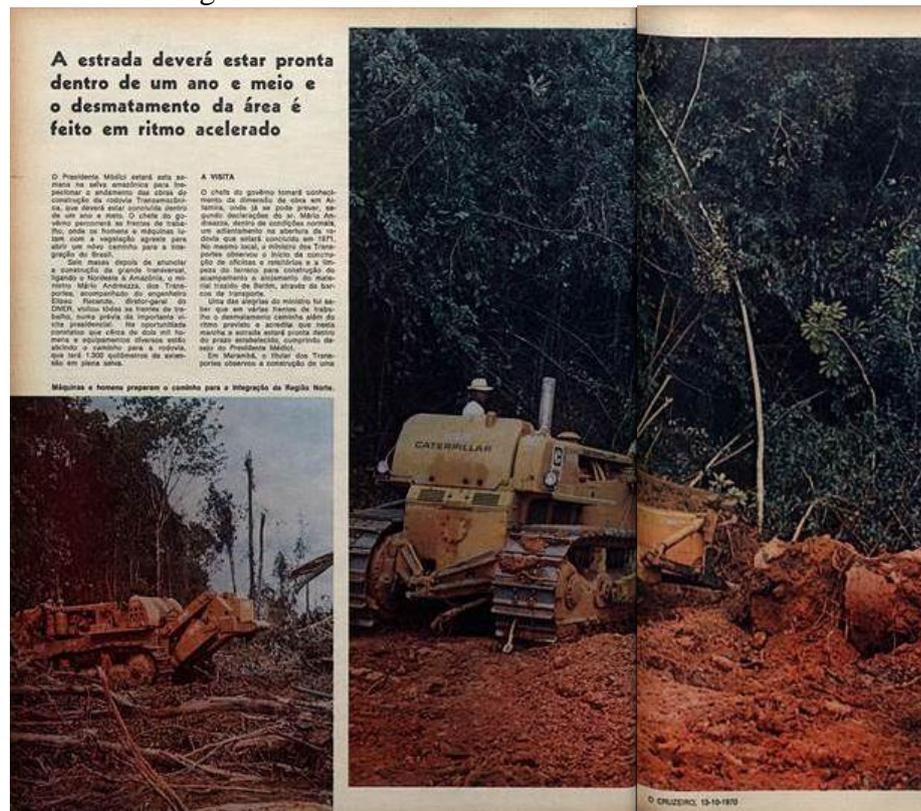
Figura 13 - Transamazônica



Fonte: O Cruzeiro, 13/10/70, p. 148-149

Já em outubro de 1970, O Cruzeiro trazia uma reportagem de seis páginas mostrando o início das obras. Como imagem de abertura foi escolhida uma fotografia aérea, retratando a imensa floresta verde, com uma abertura de árvores derrubadas. Essa é, no entanto, a única imagem mostrando a floresta em pé na reportagem, já que orgulhosamente traz o desmatamento da área feito “em ritmo acelerado”.

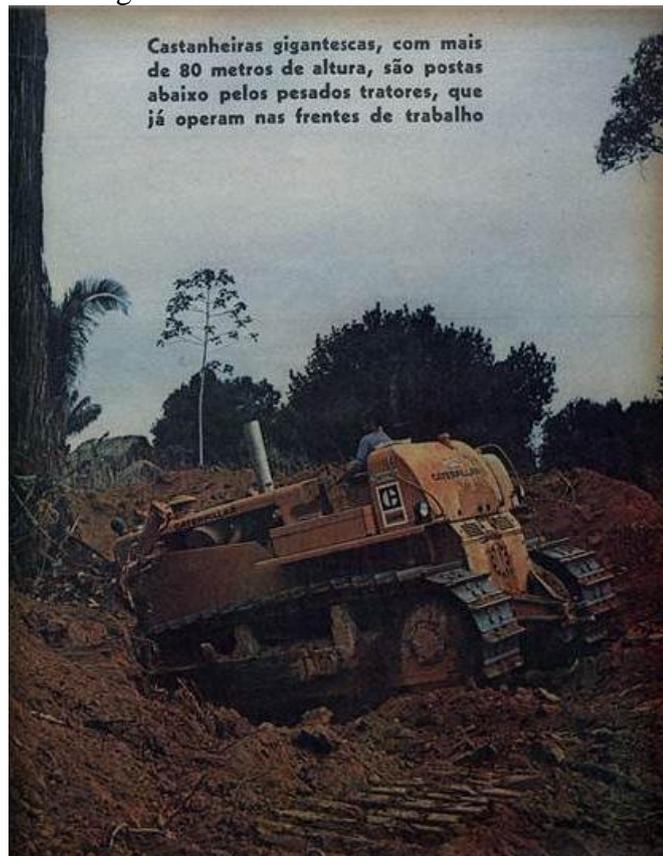
Figura 14 - Desmatamento em ritmo acelerado



Fonte: O Cruzeiro, 13/10/70, p. 150-151

O clima é de imenso otimismo, antecipando a visita de Médici à região para inspecionar as obras. Imagens como as acima, de máquinas derrubando árvores, a terra exposta, os trabalhadores em ação são denominadores comuns nesses primeiros anos de notícias sobre a rodovia. A imagem da floresta em pé no início, está lá para mostrar todo aquele potencial, que logo será transformado.

Figura 15 - Trator na frente de trabalho



Fonte: O Cruzeiro, 13/10/70, p. 153

Outra imagem da mesma reportagem coloca em destaque o trator, e anuncia, com orgulho, a derrubada de castanheiras gigantes em nome da abertura da rodovia. O verde vai dando lugar nas reportagens, ao marrom da terra recém exposta.

estavam empreendendo no Brasil. Por isso a comparação com o Inferno Verde é tão interessante, pois é um conceito que já era conhecido, que mexia com a curiosidade do brasileiro e que agora era conquistado, desbravado.

Resgata-se por isso a já mencionada fantasia de carnaval de 1971, de Wilza Carla, “Transamazônica - Inferno Verde” e o enredo “O Inferno Verde se transforma em Transamazônica” da Acadêmicos do Cachambi, de 1972. Na relação feita entre Inferno Verde e Transamazônica é possível analisar como a rodovia cumpre seu papel ao mudar a concepção de Amazônia. Ela não é mais impenetrável, agora já se conhece seu solo, já é possível a redenção do inferno.

Uma propaganda da Receita Federal, de 1974, passados quatro anos do início das obras, ilustra bem essa relação. A propaganda trata sobre o uso dos impostos, colocando-os como o salário de uma nação, e as modificações de estrutura na administração tributária, que vinham facilitando o pagamento do Imposto de Renda. O resultado é que, se em 1964 apenas 250 mil brasileiros contribuíram com o imposto, em 1974 era esperado a contribuição de 12 milhões de brasileiros. O esclarecimento termina com: “E a consequência é óbvia: com um salário maior, a Nação vive melhor. Antes, o inferno verde. Agora, a Transamazônica. Alguma dúvida?” (MANCHETE, 12/01/74, p. 51).

Figura 17 - Propaganda Receita Federal



Em 1964. 250 mil brasileiros contribuíram para o Imposto de Renda.

Em 1974. 12.000.000 de brasileiros vão contribuir para o Imposto de Renda.

Você já está cansado de ouvir esta frase: o imposto é o salário de uma nação; é o dinheiro que ela usa para viver, para crescer, para progredir. Como pagar imposto é um dever de todo cidadão, não custa nada torná-lo mais agradável? O cumprimento do dever.

Por isso a Receita Federal tem realizado modificações de estrutura na administração tributária.

Para simplificar e facilitar a vida do contribuinte.

A Receita Federal conta com o apoio e a colaboração das máquinas e dos técnicos do SERPRO. E dispõe de 8 mil funcionários - dos mais diferentes níveis e especializações - à disposição do contribuinte. Peça uma orientação. Um esclarecimento.

E toda a rede bancária do País - com 1241 agências - tem trabalhado muito para que os contribuintes não tenham tanto trabalho com o pagamento do imposto.

Resultado disso?

Dá um exemplo: em 1964, apenas 250 mil brasileiros contribuíram para o Imposto de Renda. Em 1974, 12 milhões de brasileiros vão contribuir para o Imposto de Renda.

Tem sido assim com o depósito de importação, com o IPI, com o Imposto de Renda de pessoas jurídicas, com todos os tributos.

E a consequência é óbvia: com um salário maior, a Nação vive melhor. Antes, o inferno verde. Agora, a Transamazônica. Alguma dúvida?

Ministério da Fazenda SERPRO - Serviço Federal de Processamento de Dados Secretaria da Receita Federal

Fonte: Manchete, 12/01/74, p. 50-51

A propaganda é ilustrada por duas imagens, a primeira, em preto e branco, mostra a floresta em pé e a mensagem negativa de que em 1964, ou seja, quando a ditadura estava começando, não havia um número considerável de contribuição. Do lado direito há, em contraste, uma foto colorida que mostra a Transamazônica, seguida pelo texto principal, com a mensagem positiva de que após 10 anos de ditadura, 12 milhões de brasileiros iriam contribuir com o Imposto de Renda. Ao buscar mostrar ao contribuinte o quão importante são os impostos para um país melhor, a Receita Federal escolhe um símbolo inegável do trabalho dos militares nesse sentido: a conquista do Inferno Verde. É óbvio o caráter de legitimação do governo que ganha a rodovia na propaganda, já que existe um passado em preto e branco, de uma floresta acreditada impenetrável e inútil ao país, em contraste com o presente, de progresso, de modernização, representado pela floresta conquistada, através da Transamazônica.

2.4 É VERDE A REVOLUÇÃO?

A Transamazônica é uma ótima chave para entender a atuação da ditadura na Amazônia, no entanto é necessária uma análise do contexto mais amplo, no qual a construção das rodovias se insere. Em seus governos, os militares assumiram uma política econômica de desenvolvimento e modernização que tomou, principalmente a partir de Médici, a agricultura como aspecto central. As discussões em torno do aumento da produtividade agrícola no Brasil na época passavam por duas visões: uma que defendia a necessidade da reforma agrária e outra que falava na adoção de pacotes tecnológicos. Em seu discurso de posse o presidente aborda o tema:

Homem do campo, creio no homem e no campo. E creio em que o dever desta hora é a integração do homem do interior ao processo de desenvolvimento nacional. E, porque assim o creio, é que tudo darei de mim para fazer a revolução no campo, revolução na agricultura, no abastecimento, na alimentação. E sinto que isso não se faz somente dando terra a quem não tem, e quer, e pode ter. Mas se faz levando ao campo a escola ao campo adequada; ali plantando a assistência médica e a previdência rural, a mecanização, o crédito e a semente, o fertilizante e o corretivo, a pesquisa genética e a perspectiva de comercialização (MÉDICI, 1969, p. 34)

Médici deixa claro que não é “dando terra a quem não tem, e quer, e pode ter” que a revolução no campo será feita, mas sim através da mecanização, crédito rural, sementes, fertilizantes, corretivos agrícolas, pesquisa genética e a comercialização (que terá como foco a exportação). Esse pacote de medidas não é invenção das mentes militares brasileiras, mas de

um processo chamado Revolução Verde⁴⁵. Portanto, “sem nenhuma surpresa, o Governo Militar adotaria a opção de manter a estrutura do latifúndio e assumiria as bases do modelo da Revolução Verde, via pacotes” (ANDRADES; GANIMI, 2007, p. 48)⁴⁶.

A ditadura civil-militar baseou-se num projeto econômico sustentado pelo capital estrangeiro, que naquele momento estava empenhado em vender a Revolução Verde. É por isso que em escala nacional, os militares centralizam suas forças em torno do desenvolvimento de uma agricultura nos moldes desse capital estrangeiro.

A Revolução Verde é conhecida como a difusão de tecnologias agrícolas, visando o aumento da produção, principalmente nos países mais pobres, para combater a fome⁴⁷, através da modernização técnica. O pacote era formado pelo desenvolvimento e uso de insumos químicos (fertilizantes sintéticos e agrotóxicos), mecanização, uso de sementes híbridas de alto rendimento, monoculturas e abertura de crédito rural. É a base na qual se desenvolve o agronegócio. A Revolução Verde é difundida mundialmente nos anos 1960-1970 a partir dos Estados Unidos, e como começa a acontecer em muitos países diferentes, consolida-se como um conceito difuso, o mesmo termo dando conta de processos em escalas diferentes, “essa versatilidade semântica, no entanto, acaba tendendo a estimar essa Revolução como um processo ahistórico ou inevitável” (MELLO, 2017, p. 35). Populariza-se o entendimento de que a aplicação desse pacote seria a única forma de erradicar a fome, aumentar a produção e promover o desenvolvimento de países como o Brasil. De fato, os pacotes vão aumentar muito

⁴⁵ Esse processo se inicia no final da Segunda Guerra Mundial, quando a agricultura passa a ser vista como uma oportunidade de multiplicação de capital. Dessa forma, os Estados Unidos estabelece atividades de assistência técnica, através de instituições privadas como a Fundação Rockefeller, no México e nas Filipinas, na década de 1940. O objetivo era aumentar a capacidade de produção de alimentos no país, com o desenvolvimento de sementes chamadas Variedade de Alta Produtividade (VAP). É também por conta do fim da Segunda Guerra que a indústria química, até então empenhada na produção bélica, passa a produzir e incentivar o uso dos agrotóxicos e fertilizantes químicos. Esse modelo de agricultura foi expandido no contexto da Guerra Fria com o estabelecimento de acordos de cooperação agrícola entre os Estados Unidos e países chamados subdesenvolvidos como Paquistão, Índia, Turquia e Brasil. O termo “Revolução Verde” foi utilizado pela primeira vez só em 1968, por William Gaud, então diretor da Agência Internacional para o Desenvolvimento (USAID), dos Estados Unidos (MELLO, 2017, p. 34-35).

⁴⁶ O tipo de modernização adotado não só manteve a estrutura fundiária como resultou em uma concentração ainda maior. Em 1985, após a implantação da Revolução Verde, temos que “52,9% dos estabelecimentos são menores que 10 hectares e ocupam 2,6% da área agricultável. Por outro lado, as propriedades agrícolas com mais de 1.000 hectares somam 0,8% do número total de estabelecimentos agrícolas e ocupam uma área correspondente a 43,9% de hectares de terra” (ANDRADES; GANIMI, 2007, p. 53).

⁴⁷ A promessa de erradicação da fome nunca se cumpriu, já que a agricultura industrializada estabelecida destinava a produção para exportação, privilegiando a produção de commodities. No Brasil, entre 1970 e 1985 o aumento na produção de alimentos básicos para a população foi de 20%, enquanto que a de produtos de exportação (como o cacau e a soja) cresceu entre 119 a 1112% (OCTAVIANO, 2010, p. 1). Além disso, a concentração de terra e a substituição da mão de obra humana pelas máquinas ocasionou em um êxodo rural que só fez aumentar a periferia nas cidades e o desemprego.

a produtividade do setor, porém com grandes custos sociais e ambientais e resultando em poucos benefícios para a grande maioria dos brasileiros.

Vale ressaltar que essas políticas desenvolvimentistas tinham como foco os grandes empreendimentos, e dentro do modelo militar isso significava as grandes empresas estrangeiras, que aproveitaram os benefícios fundiários, fiscais e de crédito ofertados pelo governo. Desse modo, a modernização da agricultura nas décadas de 1960-1970 acabou sendo negativa para a agricultura familiar. Isso porque esse setor não teve acesso aos grandes créditos concedidos pelo governo, pois quem detinha mais hectares de terras teria mais acesso a créditos rurais sob a política do “subsídio dependente” (CAVALCANTE JÚNIOR, 2021, p. 172).

De um modo geral, se pode dizer que até o início da década de 1990 não existia nenhum tipo de política pública, com abrangência nacional, voltada ao atendimento das necessidades específicas do segmento social de agricultores familiares, o qual era, inclusive, caracterizado de modo meramente instrumental e bastante impreciso no âmbito da burocracia estatal brasileira” (MATTEI, 2014, p. 83).

O que levanta a questão, quem é o homem do campo ao qual Médici se refere em seu discurso? E se não as propriedades rurais familiares, que além de serem a maioria, são também as responsáveis pelo abastecimento interno, qual é o campo que deve ser integrado, modernizado, revolucionado?

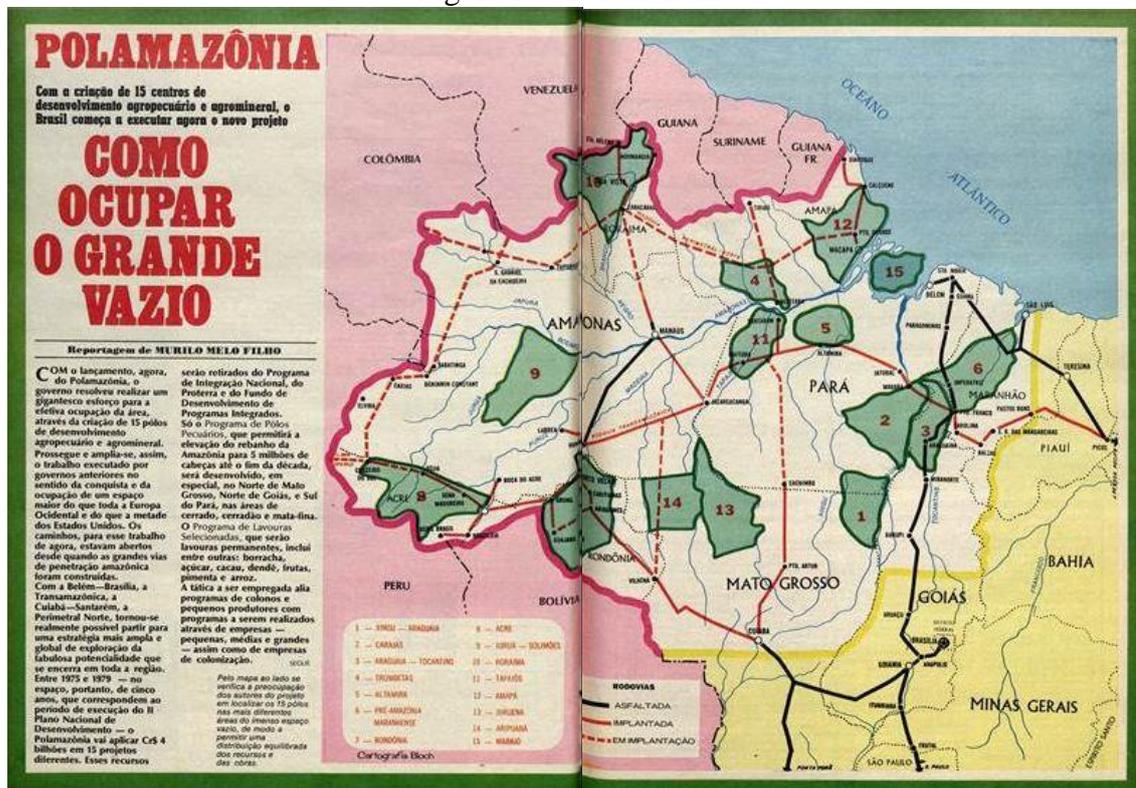
Nesse mesmo discurso, Médici indica que o homem a qual se refere é o homem da fronteira: “homem da fronteira, creio em um mundo sem fronteiras entre os homens.” (MÉDICI, 1969, p. 34). É certo que a modernização agrícola nos moldes da Revolução Verde foi implementada em todo território nacional, mas o foi especialmente nas chamadas fronteiras agrícolas. A modernização tinha como foco, portanto, a expansão das atividades capitalistas nas grandes áreas vistas como vazias, disponíveis. É nesse sentido que a Amazônia passa a ser compreendida como fronteira agrícola. E dentro da Revolução Verde isso significa que

A Amazônia passa a ter uma dimensão geopolítica para os militares como produtora de *commodities*, de mão de obra barata no campo e de agricultura para o grande empreendimento exportador como mecanismo de regulação do mercado externo/interno do país na pauta de exportação (CAVALCANTE JÚNIOR, 2021, p. 165).

Isso significa que a construção de estradas como a Transamazônica servem também para expandir essa fronteira agrícola, permitindo a chegada de insumos, mão de obra e o escoamento de produtos. A Amazônia, transformada pela Revolução Verde, poderia enfim enquadrar-se aos propósitos do país, servindo de campo para a produção de *commodities* para exportação, como o cacau, soja, milho e assim por diante. Essa ação é institucionalizada através da criação em setembro de 1974, do Programa de Pólos Agropecuários da Amazônia” (POLAMAZÔNIA),

com “a finalidade de promover o aproveitamento integrado das potencialidades agropecuárias, agro-industriais, florestais e minerais, em áreas prioritárias da Amazônia” (BRASIL, 1974).

Figura 18 - Polamazônia



Fonte: Manchete, 12/10/74, p. 120-121

A Manchete noticia como os 15 polos agropecuários e agrominerais do programa, vão ocupar “o grande vazio”. A reportagem destaca que, “os caminhos, para esse trabalho de agora, estavam abertos desde quando as grandes vias de penetração amazônica foram construídas” (MANCHETE, 12/10/74, p. 120). É então graças às rodovias que toda a potencialidade da região pode ser aproveitada. No entanto, o caráter de fronteira agrícola fica mais evidente ao citar um dos objetivos principais do POLAMAZÔNIA:

O de fazer com que o Brasil empurre a fronteira de sua civilização cada vez mais para dentro da Amazônia, objetivando realizar em larga escala e sobre extensas manchas de terras férteis aquilo que a Belém-Brasília e outras rodovias já vêm fazendo em escala menor e sobre terras piores (MANCHETE, 12/10/74, p. 122).

A fronteira da civilização vai adentrando o território amazônico através, primeiramente das rodovias (e seus programas de colonização), seguido pelos projetos agropecuários e agrominerais que visam aproveitar as “extensas manchas de terras férteis”. A reportagem traz algumas imagens desses empreendimentos.

Figura 19 - Polos



Fonte: Manchete, 12/10/74, p. 122

Na primeira imagem é possível ver o que parece ser a serra dos Carajás entre os vales do Xingu e Tocantins, que terá suas jazidas de minérios exploradas pelo Projeto Carajás, da Vale do Rio Doce. A segunda imagem mostra o potencial hidráulico da região e a última traz o polo Xingu-Araguaia, que previa “o desenvolvimento de grandes projetos pecuários, com industrialização de carne bovina”. Também no polo de Roraima espera-se o plantio de culturas permanentes e “o desenvolvimento da pecuária bovina e suína, com sua industrialização, objetivando exportá-la para a Venezuela” (MANCHETE, 12/10/74, p. 124). Já na Amapá, “indicam-se pastagens e culturas permanentes, pois os solos possuem boas propriedades físicas e respondem favoravelmente ao uso de fertilizantes” (MANCHETE, 12/10/74, p. 124). A menção a faixas de terra destinadas à agricultura aparece em outros polos, como Tapajós, Juruena, Aripuanã e Marajó. Nesses trechos é possível notar a influência da Revolução Verde nos projetos, com a industrialização da produção e a utilização de fertilizantes. Além de que, dentro do contexto, é possível imaginar que as culturas permanentes mencionadas são as destinadas à exportação com o cacau, café, cana-de-açúcar, pimenta-do-reino e etc.

Dessa forma se faz bastante pertinente a relação entre as rodovias, o processo de modernização da agricultura através da Revolução Verde na Amazônia e as consequências disso para o conceito de Inferno Verde. Isso porque, da mesma forma que a Transamazônica representa a conquista da região tida até então como inútil aos propósitos do país, a POLAMAZÔNIA, representando a modernização agrícola, é a extensão desse processo de

redenção. Mesmo na reportagem é colocado que “o chamado ‘inferno verde’ estará agora ao alcance dos brasileiros, que vão explorar todos os itens da sua extraordinária potencialidade” (MANCHETE, 12/10/74, p. 122). Em todas as reportagens noticiando projetos da ditadura aqui expostos é possível notar o mesmo tom da frase anterior, isso é, uma tentativa de desligamento, de afastamento da Amazônia ao termo Inferno Verde. Ele só aparece como uma forma anterior da floresta, como um exemplo do passado, para ser comparado com o que se empreendia no presente. Essa mudança de abordagem, portanto, vem acompanhando os projetos que intendem a mudança do espaço. Fica evidente a partir disso como há uma forte relação entre o que se entende da Amazônia e como se lida com ela a partir disso.

2.5 DO INFERNO VERDE AO DESERTO VERMELHO

Pensando nessa relação, a Amazônia ganha, na virada dos anos 60 para os 70, novas visões, e com isso, novos propósitos. A floresta passa a ser entendida dentro do contexto do ambientalismo, ou antes dele próprio, de uma conscientização ecológica da sociedade. É certo que a preocupação com a preservação ou conservação em algum nível, do ambiente natural é séculos anterior⁴⁸, no entanto, é nas décadas de 1960 e 1970 que as manifestações nesse sentido, antes isoladas, limitadas ao nicho de especialistas, ganham a esfera social. Esse debate liga-se ao movimento de contracultura na esfera global, e principalmente no Brasil, tendo como pano de fundo o governo opressor da ditadura civil-militar.

Até então, a consciência social entusiasmava o desenvolvimento baseado nas tecnologias modernas e no uso irrestrito dos recursos naturais. É o entusiasmo presente nas notícias sobre a construção das rodovias por exemplo, quando as máquinas conquistam a selva, ou no uso dos pacotes da Revolução Verde como forma de acabar com a fome mundial. No entanto, esse entendimento passa a mudar com a conscientização ecológica e com a formação dos movimentos ambientalistas. Surgem os debates que veem os pontos negativos desse intenso processo de industrialização, como as doenças, os desastres ecológicos e a viabilidade de continuidade da vida no planeta. A partir disso, a questão ambiental adentra no âmbito político, ou seja, há “uma aceitação da questão do meio ambiente por parte dos Estados como um objeto com significado próprio, passível de políticas públicas específicas e inserido na agenda política nacional e internacional” (FRANCHI, 2013,

⁴⁸ Um exemplo de debates ecológicos precedentes foi o político José Bonifácio de Andrada e Silva, que junto a um grupo de intelectuais, alertava para as questões ambientais no Brasil já na virada do século XVIII para o XIX (PÁDUA, 2002).

p. 26). É dessa maneira que o meio ambiente passa a integrar os debates e políticas concernentes ao desenvolvimento, tão em voga no período.

A preocupação com os impactos ambientais do desenvolvimento tem um marco com o relatório “Os limites do crescimento”, de 1972, elaborado a pedido do Clube de Roma⁴⁹ por cientistas do MIT (Instituto de Tecnologia de Massachusetts). O relatório causou grande comoção ao constatar que havia de fato um limite para a exploração da natureza e que se mantido o ritmo da época, haveria o esgotamento dos recursos naturais. Esse debate foi impulsionado na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente em Estocolmo, em 1972. A Conferência de Estocolmo foi o primeiro grande evento mundial que tinha como objetivo conscientizar sobre as questões ambientais e alinhar as políticas globais em torno do tema. Teve como consequência a Declaração de Estocolmo, que estabelecia 26 princípios comuns, que serviriam como guias mundiais do assunto, e a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

No Brasil, ainda que mais timidamente (tanto por ser um país periférico quanto por estar na época, enfrentando uma ditadura) surge também um movimento ecológico que vai ganhando relevância, principalmente no contexto pós-1974, quando começa uma rearticulação dos movimentos sociais. Além disso, esse despertar para a finitude dos recursos naturais é acelerado com o choque do petróleo em 1973⁵⁰. “Esta preocupação era a única ponte existente entre o movimento ecológico e setores da tecnoburocracia estatal” (VIOLA, 1987, p. 8). A falta de petróleo, foi um grande baque não só para essa sociedade que conscientizava-se, mas principalmente por afetar um recurso energético central do desenvolvimento no Brasil, mostrando os limites de tal modelo.

Um personagem importante para o entendimento de como a consciência ambiental se constrói no Brasil foi o engenheiro agrônomo José Lutzenberger, que em 1971, funda em Porto Alegre, com a ajuda de outros membros pioneiros, a primeira associação ecologista do país, a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN).

A entidade atuaria no intuito de impedir a devastação ambiental, bem como de garantir a preservação de áreas com rica biodiversidade. Mas a luta central, nos anos iniciais, por influência de Lutzenberger, seria pela ampla conscientização das pessoas para que adotassem uma nova ética ecológica (PEREIRA, 2016, p. 94).

⁴⁹ O Clube de Roma surgiu em 1968, por iniciativa do empresário Aurelio Peccei e o cientista Alexander King, que buscaram reunir personalidades relevantes para discutir sobre o futuro humano no planeta.

⁵⁰ Como consequência da influência dos EUA na Guerra do Yom Kippur a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) aumentou o preço dos barris de petróleo em mais de 400%. Uma outra importante consequência desse primeiro choque do petróleo foi a criação no Brasil, do Programa Nacional do Alcool (Proálcool).

Lutzenberger, de 1957 até 1970, trabalhou na BASF, uma empresa química alemã global, que na época ocupava-se principalmente com fertilizantes, só depois passando aos pesticidas e agrotóxicos. Foi justamente essa mudança de enfoque, acompanhada de uma conscientização ecológica do próprio Lutzenberger que causaram sua saída da empresa. Foi a partir dessa mudança profissional, com a sua volta ao Brasil depois de anos morando em vários países do mundo, que Lutzenberger passou a dedicar-se à causa ambiental.

Torna-se especialmente interessante a sua jornada para os fins deste trabalho, além do seu papel na conscientização ambiental, as causas pelas quais lutou. Sua militância começa justamente contra o uso de agrotóxicos, e mais amplamente a Revolução Verde, em favor de uma agricultura ecológica, algo bastante pioneiro, já que os pacotes tecnológicos estavam na década de 70 em plena implementação no Brasil. É importante que se reconheça a presença dessa crítica pois, como já visto, os pacotes da Revolução Verde foram apresentados muitas vezes como a única solução para o desenvolvimento no Brasil, no entanto, sempre houve alternativas. Lutzenberger, além de militante, era engenheiro agrônomo experiente, e por isso buscava demonstrar a necessidade de um redirecionamento da pesquisa acerca da produção e uso dos insumos agroquímicos. Alertava em suas palestras, estudantes e pesquisadores que tornavam-se então transmissores desses pacotes tecnológicos, “os técnicos agrícolas de tal maneira se deixaram empolgar pela química que quase se esqueceram que há outros caminhos” (LUTZENBERGER, 2009, 41 apud PEREIRA, 2016, p. 178).

No entanto, é na defesa da Floresta Amazônica que sua militância ganha força. Ele teve um importante papel articulador, visto que, desde o começo da sua atuação militante criticava a devastação provocada pelos militares e a partir de seu trânsito internacional, buscou conscientizar a população de outros países sobre o que estava acontecendo. Foram, portanto, os megaprojetos dos militares na Amazônia um dos primeiros temas das críticas ambientalistas, e o que mais atraíram o interesse internacional.

A consciência ecológica que se difunde a partir dos movimentos sociais, do movimento ambientalista, muitas vezes ia de encontro direto aos projetos do desenvolvimentismo empenhado pelos militares, gerando grandes atritos. Isso se faz verdade também em relação a poluição atmosférica causada pelo “milagre econômico”. Regina Horta Duarte (2015) demonstra como o Brasil, na Conferência de Estocolmo, coloca-se para o mundo como um verdadeiro “importador de poluição”. Essa conduta está alinhada ao que a Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) argumentou em uma reunião preparatória à Conferência, isso é, “que o subdesenvolvimento condicionava as características dos problemas

ambientais na América Latina e a única alternativa desses países era priorizar o desenvolvimento” (DUARTE, 2015, p. 70). Ou seja, a Cepal, berço das ideias desenvolvimentistas adotadas pelos militares no Brasil, reagiu às preocupações ambientais mundiais colocando que a degradação da natureza era justificada pelo caráter subdesenvolvido dos países da América Latina. A ideia era que primeiro era necessário o desenvolvimento econômico e ele estabelecido, aí sim haveria uma preocupação em correr atrás do prejuízo ambiental.

Alinhado à lógica cepalina, o Brasil, entre outros países, encarou a questão ambiental como um assunto de soberania nacional, ou seja, os acordos de preservação que estavam sendo estabelecidos eram vistos como prejudiciais ao desenvolvimento nacional. As críticas ambientais, internas e externas, eram vistas como uma ameaça à soberania do país, uma tentativa de interditar o desenvolvimento. Essa atitude foi acompanhada de pareceres bastante negativos por parte de setores internacionais e vários protestos nacionais, que no entanto, “foram ignorados ou silenciados pela ditadura, que se enrijeceu a partir de 1967” (DUARTE, 2015, p. 66), quando inicia-se o período mais repressivo da ditadura brasileira, conhecido como anos de chumbo.

Nas fontes, é possível perceber tanto a desconfiança do governo brasileiro, quanto a reação internacional a isso, por exemplo, na reportagem “O ar é nosso? A pior poluição é a pobreza”, da Manchete de junho de 1972.

Figura 20 - Poluição em Nova Iorque



Fonte: Manchete, 17/06/72, p. 28-29

Ao noticiar a Conferência de Estocolmo, que havia ocorrido nos dias 5 a 16 daquele mesmo mês, e as conseqüentes críticas à postura brasileira, a revista coloca que os países desenvolvidos, que criaram a poluição e dela se beneficiaram em seu desenvolvimento, agora tentam impedir o mesmo nos países como o Brasil. Como exemplo, expõe uma foto da cidade de Nova Iorque, com seus prédios e fábricas, geradores de poluição atmosférica. “Tentarão impor a essas indústrias a adoção de antipoluitivos difíceis, que as transformarão em presas fáceis de Detroit” (MANCHETE, 17/06/72, p. 28). O receio é de que, nesse caso a indústria automobilística brasileira fosse sabotada através das medidas ambientais, em favor das indústrias dos países desenvolvidos.

No entanto, esse receio da intervenção internacional tem seu ápice quando associado a Amazônia. E a lógica por trás disso é fácil de ser entendida levando em consideração que a Amazônia, antes mesmo de ganhar foco internacional como meio ambiente a ser preservado, era uma das principais preocupações militares quanto à soberania nacional. Isso intensifica-se principalmente na década de 70, quando a Floresta Amazônica torna-se o grande símbolo mundial de preservação ambiental. Os holofotes voltam-se a sua biodiversidade, seu impacto climático, seu impacto no regime de chuvas, e na época também, para a concepção errônea de que a floresta era a principal responsável pela produção de oxigênio e consumo do carbono, o

“pulmão do mundo”. Ou seja, o governo, que já recebia as diversas críticas ambientais como ameaças à soberania, quando vê esse enfoque direcionado para a floresta, com todo seu histórico, reage de forma bastante contundente. Interessante notar que é bastante irônico esse receio da presença internacional na Amazônia, visto que os militares se apoiaram justamente no capital externo para os projetos na região e foram bastante convidativos para a implantação de indústrias e fazendas estrangeiras.

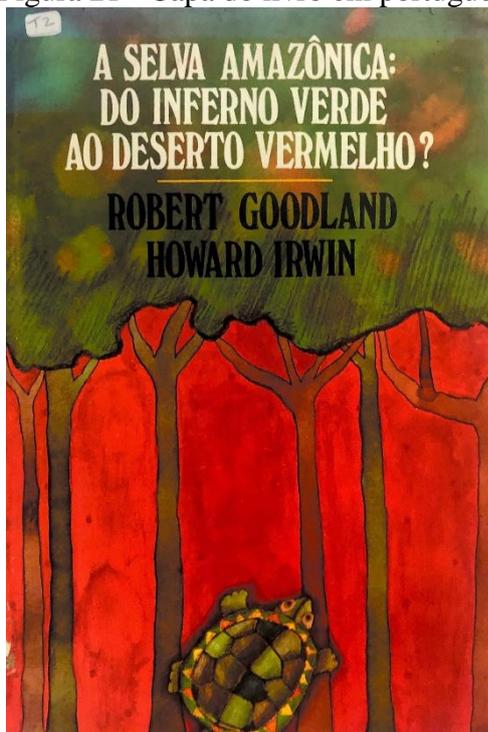
Além disso, há o fato de que a Amazônia, para a ditadura brasileira, era o símbolo do desenvolvimento, do progresso e qualquer tentativa de preservação era um sinal de embargo. Em Estocolmo fica evidente esse conflito de interesses e projetos. Alguns países desenvolvidos falaram inclusive da necessidade de uma autonomia relativa do Brasil sobre a Amazônia, já que a floresta tinha relevância e impactos mundiais. O Brasil reagiu, em nome da soberania e defendendo a não intervenção nas políticas dos países do Sul (BENTES, 2005, p. 227).

Na mesma reportagem citada anteriormente, um outro ponto da crítica internacional além da poluição do ar, era a construção da Transamazônica. A revista noticia que:

Órgãos da responsabilidade de L'Europeo, Gente, Panorama e outros passaram inesperadamente a achar que o desmatamento para a abertura da estrada destruirá a maior floresta tropical do mundo, pondo em risco com esse desgaste o próprio equilíbrio ecológico da Terra. (...) Esses jornais e revistas passaram a dar guarida às declarações de ecologistas famosos como o professor alemão Harold Sioli, (...). Justamente na hora em que chegou a vez da Amazônia, fazendo soar as trombetas da nossa próxima vitória sobre o chamado inferno verde, surgem estas engenhosas manobras e campanhas contra a sua construção (MANCHETE, 17/06/72, p. 28).

A Manchete, alinhada aos interesses dos militares, ao responder às críticas de outras mídias impressas, entende as preocupações ambientais como apenas uma manobra para impedir a construção da Transamazônica, a conquista sob o inferno verde. A escolha de palavras denota um tom quase marcial nessas relações, com dois inimigos que buscam conquistar um território, dispondo de suas estratégias e armas para isso. De acordo com a revista, fazem parte da tática estrangeira os ambientalistas, como Harald Sioli, um agrônomo, pesquisador e professor universitário, diretor do Instituto Max Planck Plon, da Alemanha, mas que teve sua atuação voltada para a Amazônia. Foi esse mesmo pesquisador que três anos depois prefaciaria uma obra pioneira nos estudos de impactos ambientais causados pela Transamazônica, e que muito incomodou os militares. O livro em questão é “Amazon Jungle: Green Hell to Red Jungle?”, de autoria dos ecólogos Robert Goodland e Howard Irwin, ambos norte-americanos.

Figura 21 - Capa do livro em português



Capa de Cláudio Martins. Fonte: GOODLAND; HOWARD, 1975

O livro foi traduzido no Brasil em 1975, com o nome “A Selva Amazônica: Do inferno verde ao deserto vermelho?”. No entanto, por exigência da censura, não só o prefácio de Harald Sioli foi excluído, como também a tradução foi censurada em muitas partes importantes, como denunciou o ambientalista Lutzenberger em cartas, fazendo com que a obra deixasse de ser “um livro de luta ecológica” (LUTZENBERGER, 1976 *apud* PEREIRA, 2016, p. 340). Quem assumiu a tradução e a escrita do novo prefácio foi o professor Mário Guimarães Ferri da Universidade de São Paulo. Além da supressão de algumas partes, existem ao longo do texto, vários comentários de Ferri debatendo ou contradizendo colocações dos norte-americanos, numa defesa da atuação brasileira em relação à floresta.

O estudo de Goodland e Irwin buscou mostrar de modo geral, o quão desconhecida era a Floresta Amazônica em termos de pesquisas científicas, especialmente em relação a construção da Transamazônica, bem como “prever que resultados isso poderá trazer para o ambiente e sugerir medidas capazes de impedir, ou pelo menos atenuar, desagradáveis e extensas consequências que inevitavelmente o futuro irá trazer” (GOODLAND; IRWIN, 1975, p. 17). A ideia por trás do título é justamente a de que a floresta tropical é, ecologicamente, um deserto coberto de árvores, e a construção de obras como a Transamazônica, feitas sem um estudo ambiental aprofundado, destruiria o equilíbrio ecológico, tornando a floresta em um deserto.

O livro de 127 páginas cobre vários aspectos desse projeto, como as consequências para a fauna e flora, reforçando o grande desconhecimento científico acerca desses animais e plantas, que vão ser extintos antes que se conheça qual seu impacto no ambiente. Trata também sobre os rios e as consequências das hidrelétricas e traz considerações acerca da colonização implementada pelo INCRA, “o deflorestamento e a agricultura em vasta escala, planejados como parte integral e resultado direto da implantação do sistema rodoviário da Amazônia irão, sem dúvida, causar maiores danos ao ambiente do que as próprias estradas” (GOODLAND; IRWIN, 1975, p. 45). O livro, mesmo em sua versão censurada, conseguiu tocar em pontos muito importantes, instigando o mundo sobre o que estava acontecendo na Amazônia.

Em 1975 a Manchete fez uma reportagem sobre o livro, que acabava de ser lançado, trazendo a resposta do então já ex-ministro dos Transportes, Mário Andreazza, que nos governos Costa e Silva e Médici foi o responsável pela construção da Transamazônica. A matéria trata sobre o livro em inglês, já que aborda o prefácio de Harald Sioli, ou seja, seu conteúdo antes de passar pela censura brasileira. Ao longo de sete páginas são expostas as ideias centrais de Goodland e Irwin, que vão sendo contestadas pela revista e por Andreazza, numa defesa da importância e inocuidade da Transamazônica.

Figura 22 - Rasgar a impenetrável



Fonte: Manchete, 27/09/75, p. 6-7

Já na primeira página retorna uma corriqueira escolha de imagens por parte das revistas ao tratar sobre a construção das estradas. De um lado, a floresta em pé, um maciço verde, posta ao lado, a Transamazônica, uma linha conquistando esse espaço. Essa comparação é acompanhada pela seguinte legenda: “Rasgar a impenetrável floresta amazônica (direita) foi

uma ação antiecológica, afirmam Irwin e Goodland. Para Andreazza, entretanto, a nova estrada marcou a efetiva ocupação da economia brasileira numa gigantesca região” (MANCHETE, 27/09/75, p. 6-7). A comparação ilustra o embate entre as visões dos ecólogos e dos militares. Reforçando a ideia de que trata-se de uma preocupação ecológica *versus* uma preocupação econômica. Ao longo da reportagem essa disputa de projetos para a Amazônia surge nas imagens dos trabalhadores da Transamazônica, que ficariam sem emprego, segundo a revista, se adotada a visão dos ambientalistas. Dos ribeirinhos, que ganharam mais uma via de locomoção, além dos rios. Das agrovilas, beneficiando os moradores que antes estavam à margem do processo de civilização.

O tom da reportagem conjuga as duas já citadas preocupações centrais dos militares acerca das intervenções ecológicas na Amazônia. A primeira é a ligada à soberania nacional, já que como colou Andreazza na entrevista, “A Transamazônica é uma trincheira contra as ambições estrangeiras” (MANCHETE, 27/09/75, p. 5). E a segunda, relacionada ao desenvolvimento econômico, já que “para Andreazza, a Transamazônica foi combatida por aqueles que negam ao Brasil o direito de ocupar seus vazios geográficos na luta pelo desenvolvimento” (MANCHETE, 27/09/75, p. 8).

Porém, apesar dessas considerações, o debate ambiental global tinha nessa época dimensões políticas e sociais impossíveis de serem ignoradas pelos militares. Dessa maneira, Andreazza considera a importância da floresta no equilíbrio ecológico, do seu papel como pulmão do mundo e afirma haver uma preocupação com a manutenção desse ambiente, que se daria através da mesma ferramenta da sua integração, a tecnologia. Apesar disso, não há nenhuma menção de um projeto ou caminho específico a ser tomado para a preservação da floresta, a preocupação ambiental aparece mais como um bordão, pelo contrário, são novamente exaltados os planos de colonização e infraestrutura da Transamazônica.

Da metade para o final da reportagem não há mais menções ao livro, mas sim um enaltecimento do desenvolvimento da região amazônica, que tem como pano de fundo a afirmação de Andreazza, “de minha parte, repugnou-me sempre a ideia da Hileia Amazônica, do Inferno Verde, da Selva Agressiva e impenetrável e de tudo mais que denotasse o mistério inacessível que lhe atribuem os que a ignorem” (MANCHETE, 27/09/75, p. 8). A fala do ex-ministro sintetiza muito bem a visão que os militares adotaram em relação à Amazônia. De fato, buscaram combater não só o Inferno Verde na sua dimensão física, mas também na sua simbologia. Curiosamente, em nenhum outro momento o conceito apareceu tanto nas revistas quanto durante a primeira década da ditadura civil-militar. Isso porque, na vontade de defender

um futuro glorioso e promissor, o Inferno Verde foi usado como uma oposição a esse ideal, era uma imagem da floresta já conhecida e propagada, que foi polarizada dentro dos projetos para a Amazônia.

Assim, o período que o conceito é mais mobilizado é justamente quando busca-se seu desuso. Os militares foram vitoriosos nesse sentido, contribuindo para desassociar a imagem do Inferno Verde da Amazônia, no entanto não foram os únicos responsáveis por isso. O que busca-se demonstrar nessa seção é como o debate ambientalista também aponta para esse desuso do conceito, já que a Amazônia ganha novas caras, novos propósitos. Os militares e os ambientalistas tinham projetos muito distintos para a floresta, mas em nenhum deles cabia mais o Inferno Verde.

A ecologização da Amazônia intensifica-se ainda mais depois da década de 1970, contribuindo para essa tendência de abandono do conceito. No editorial da Manchete em 1989, lê-se “acabou-se o tempo romântico do ‘inferno verde’: pode-se dizer que, na Amazônia de hoje, ‘o inferno são os outros’” (MANCHETE, 04/02/89, p. 5). Essa frase apresenta uma reportagem que vai falar sobre o perigo do garimpo para as populações indígenas. Concretizam-se os problemas e ameaças, tanto os anunciados quanto os não anunciados. Nesta mesma edição, há uma reportagem com Lutzenberger, a essa altura bastante reconhecido e ganhador do prestigiado prêmio *The Right Livelihood*, conhecido como Nobel Alternativo, na Suécia. O agrônomo é premiado justamente por conta da sua atuação ambientalista, cuja uma das principais lutas foi a Amazônia. A reportagem intitulada “O último grito da Amazônia”, traz os alertas de Lutzenberger, já que “se a Amazônia acabar, o mundo vai junto” (MANCHETE, 04/02/89, p. 26). Na matéria, ele demonstra o quão prejudiciais foram os projetos desenvolvimentistas empenhados pelos militares e quão urgentes são as consequências disso.

Há uma impressionante mudança de tom nessa reportagem, comparada a todas as outras aqui citadas. Credita-se a isso o fim da ditadura quatro anos antes, a respeitabilidade de Lutzenberger no cenário internacional, e principalmente a mudança do que era entendido como o propósito da Amazônia. É verdade que há um pulo temporal considerável, das matérias da década de 70 para uma do final dos anos 1980. No então, essa distância temporal é necessária pois demonstra como essa ecologização da sociedade amadurece e modifica a relação com a floresta. Além disso, em 1989 já era possível perceber as consequências da mudança no ritmo de devastação que ocorre a partir dos anos 1970.

Essa transformação fica ainda mais nítida com a análise da reportagem de 1991, na Manchete:

Figura 23 - O sonho que virou poeira



Fonte: Manchete, 26/01/1991, p.58-59

Além do título impactante, “Transamazônica, 20 anos depois. O sonho que virou poeira”, a foto que abre a reportagem em nada se assemelha às imagens que apareciam quando da construção da estrada. Os trabalhadores, de enxada na mão, banhados por um filtro avermelhado, passam uma ideia de desolamento, longe de qualquer espírito de esperança, de progresso. A informação é reforçada através do texto:

Quando o Presidente Médici declarou iniciadas as obras da rodovia Transamazônica, em 9 de outubro de 1970, a ideia era de redenção: os sem-terra das secas nordestinas teriam terras fartas nas agrovilas. Agora, 20 anos depois, acontece o inverso. O inferno verde virou inferno de poeira (MANCHETE, 26/01/1991, p. 59).

A reportagem foca mais na malfadada colonização e na falta de condições da estrada, porém a decepção com os resultados ambientais perpassam todas as páginas. O livro de Goodland e Irwin não é citado, mas o deserto vermelho anunciado por eles e tão rechaçado pelos militares e pela revista, acaba por se concretizar e ser lamentado nas páginas da mesma revista, 16 anos depois.

Após um período de intensa euforia desenvolvimentista, chegam os resultados e com eles instaura-se na Amazônia uma nova fronteira, a da luta ambientalista, que vai no sentido inverso da fronteira agrícola. Nesse cenário, os problemas da Amazônia são outros, o da

preservação, da sustentabilidade, da proteção dos povos da floresta e da biodiversidade. Revela-se uma realidade de desordem ecológica e social na região. A exploração da floresta não acaba, mas inaugura-se um período em que já não é mais bonito orgulhar-se disso. É em meio aos avanços das novas fronteiras, seja agrícola ou a ambiental, que a Amazônia deixa de ser Inferno Verde, para tornar-se tantas outras coisas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na primeira parte deste trabalho, buscou-se entender as origens do conceito Inferno Verde e o que entediaram Alberto Rangel e Euclides da Cunha ao utilizá-lo como referência à Floresta Amazônica. À partir da história conceitual, estabelecida por Koselleck, foi feita uma análise reflexiva acerca das diacronias presentes no uso desse conceito, para isso, o carnaval foi eleito como método de análise. Através das fontes, percebeu-se que ao longo da primeira metade do século XX houve uma popularização do Inferno Verde, isto é, era uma simbologia presente no imaginário da população que mesmo inconscientemente, ligava o termo à floresta. Essa afirmação é possível pensando-se à partir das práticas e representações propostas por Chartier, considerando os sujeitos produtores e receptores de cultura.

Foram introduzidos ainda vários aspectos referentes a Amazônia, trazendo uma contextualização acerca de suas características enquanto floresta multinacional e território nacional. Bioma e fronteira são conceitos que perpassam todo este trabalho visto que, ao fazer história ambiental deve-se sempre fugir de concepções dicotômicas sobre humanidade e meio ambiente. Esses conceitos nos auxiliam a pensar as várias escalas que compõem uma análise histórica da natureza. É através deles ainda que pode-se refletir sobre como a ideia de civilização afeta, neste caso, a Floresta Amazônica. A vontade de redimir o Inferno Verde se orienta através de um processo civilizatório, onde um modo de ser, um propósito para a região é drasticamente inscrito a partir de fora. Ainda que houve vários usos semânticos do conceito, todos empregaram a noção de natureza *versus* civilização, com o Inferno Verde sendo o extremo que a natureza misteriosa poderia chegar. Analisar os usos e desusos do conceito é também analisar esse processo civilizatório e suas consequências.

Esse processo tem seu auge no período da ditadura civil-militar brasileira, quando o projeto desenvolvimentista levantou tantas vezes a bandeira da civilização para praticar todo tipo de atrocidade - ambientais e sociais - na região. É nesse período que temos a maior proliferação do termo “Inferno Verde” nas fontes, justamente pela ditadura ter se apropriado do conceito para justificar a civilização. Na segunda parte deste trabalho buscou-se analisar, através das fontes, justamente esse movimento. Com base na contextualização do período estabeleceram-se três linhas de ação dos militares no território amazônico: a integração espacial através da expansão da malha rodoviária, a integração populacional através dos projetos de colonização e a distribuição de subsídios para atrair investimentos para a região, tudo em favor do grande ideal da soberania nacional. Foram também considerados os impactos da Revolução

Verde na Amazônia, que encaixava-se nos planos dos militares e intensificaram o avanço da fronteira agrícola na região.

Por fim, todo esse contexto é relacionado à eclosão de uma conscientização ecológica da sociedade em geral, e da organização dos movimentos ambientalistas. Essa nova dinâmica conflitava com as fronteiras estabelecidas pela ditadura na Amazônia, tendo os seus próprios objetivos para a região. A realidade era então da corrosão do ambiente ecológico, o processo civilizatório estabelecido e a ditadura acabada, surgiam agora as consequências. Já não existia então uma realidade da floresta misteriosa e inexplorada, ou da floresta como um obstáculo a ser eliminado, o conceito de Inferno Verde fica órfão e apátrida, e vai assim desaparecendo das fontes.

Apesar das conclusões deste trabalho ficam ainda muitas questões a serem exploradas. A presença das rodovias na Floresta Amazônica por si só, oferece diversos caminhos de análise, pois carrega consigo uma lógica própria que afeta o meio físico e todas as populações envolvidas. Há ainda o grande recorte, necessário neste trabalho, da Amazônia Legal, pois é onde operaram os militares. A floresta desconhece as fronteiras dos Estados Nacionais, mas é afetada pelas diferentes políticas e entendimentos dela feitos nesses países. Acredito que uma pesquisa mais ampla, que investigue a existência do conceito de Inferno Verde e sua dinâmica nos demais países que tem a floresta em seu território possa gerar interessantes análises. Há também a possibilidade de entender como os países fora desse eixo usavam o conceito, um exemplo foi o da presença dele no título do livro estadunidense “Amazon Jungle: Green Hell to Red Desert?”. Essa abordagem pode auxiliar no entendimento de como a visão sobre a floresta muda globalmente, respondendo questões como: o conceito foi amplamente conhecidos em outros países? Tinha as mesmas conotações que no Brasil? Existem conceitos similares? Ocorre o abandono desses conceitos no mesmo período do Inferno Verde? E assim por diante.

Por fim, acredito que uma investigação mais aprofundada das relações entre a Amazônia e o movimento ambientalista é muito bem-vinda. O ambientalismo é um movimento bastante complexo, e quando se considera o caráter global das discussões sobre a Amazônia nesse sentido, torna-se ainda mais rico.

Este trabalho atinge seus objetivos ao contribuir para o entendimento de como os usos e desusos do Inferno Verde acompanham as perspectivas de Amazônia, dependendo do seu contexto. Essa análise permite compreender como foram construídos certos preconceitos acerca da região e o quanto disso carregamos ainda hoje. Vivemos no Antropoceno, quando o impacto da vida humana no ambiente é de tal ordem que altera a escala geológica do planeta. Vivemos,

talvez pela primeira vez, com a possibilidade direta da extinção, infelizmente uma experiência que já é tão historicamente comum aos povos indígenas brasileiros, como coloca Ailton Krenak (2019).

É na ameaça cada vez mais palpável de um colapso ambiental e climático que a natureza inevitavelmente vai ganhar cada vez mais um espaço central na vida humana. Assim, como coloca Luiz Marques (2018), a natureza deixa de ser uma variável independente da humanidade e se torna uma relação social. Da mesma forma, as relações humanas (da esfera econômica à simbólica) tornam-se gradualmente funções de variáveis ambientais.

FONTES

BRANCO, Humberto de A. Castello. **Valorização da Amazônia**, 16 de jul. de 1965. Discurso proferido no Palácio Rio Negro, durante o banquete que lhe foi oferecido pelo Governador do Estado do Amazonas. Disponível em <https://bit.ly/32SF7kR>. Acesso em: 07 jan. 2022.

COSTA, Camilla. **'A grande mentira verde': como a destruição da Amazônia vai além do desmatamento**. BBC News Brasil, 13 fev. 2020. Disponível em <https://bbc.in/3u2E6QE>. Acesso em: 15 mar. 2022.

CUNHA, Euclides da. **À margem da história**. São Paulo: Martin Claret, 2006. DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES. **Resultado da busca “Transamazônica”**. Gov.br. Disponível em <https://bit.ly/3n7ulyd>. Acesso em: 08 jan. de 2022.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, n. 10.204, ano XXVI, 09 de fev. de 1956.

GALERIA DO SAMBA. **Unidos da Tijuca. Carnaval de 1956**. Online, Galeria do Samba. Disponível em <https://bit.ly/3eTTJ5V>. Acesso em: 05 jan. 2021.

GOODLAND, Robert J. A.; IRWIN, Howard S. **A selva amazônica: do inferno verde ao deserto vermelho?** São Paulo: Itatiaia, 1975. 156 p.

IBGE. **Mapa da Amazônia Legal 2020**. Gov.br. Disponível em <https://bit.ly/3MT2OeX>. Acesso em: 15 mar. 2022.

LETRAS. **Amazônia - Filhos do Deserto, 56**. Online, Letras. Disponível em <https://www.letras.mus.br/martinho-da-vila/287296/>. Acesso em 05 jan. 2021.

MANCHETE, Rio de Janeiro, n. 1052, 17 de jun. de 1972.

MANCHETE, Rio de Janeiro, n. 1134, 12 de jan. de 1974.

MANCHETE, Rio de Janeiro, n. 1173, 12 de out. de 1974.

MANCHETE, Rio de Janeiro, n. 1223, 27 de set. de 1975.

MANCHETE, Rio de Janeiro, n. 1920, 04 de fev. de 1989.

MANCHETE, Rio de Janeiro, n. 812, 11 de jan. de 1967.

MANCHETE, Rio de Janeiro, n. 965, 17 de out. de 1970.

MANCHETE. Rio de Janeiro, edição extra 01, fev. de 1959.

MANCHETE. Rio de Janeiro, n. 2024, 26 de janeiro de 1991.

MANCHETE. Rio de Janeiro, n. 354, 31 de jan. de 1959.

MANCHETE. Rio de Janeiro, n. 627, 25 de abr. de 1964.

MANCHETE. Rio de Janeiro, n. 764, 10 de dez. de 1966.

MANCHETE. Rio de Janeiro, n. 985, 06 de mar. de 1971.

MÉDICI, Emílio Garrastazu. **Mundo sem fronteiras**, 30 de out. de 1969. Discurso de posse. Disponível em <https://bit.ly/3zJIQOW>. Acesso em: 09 jan. 2022.

MÉDICI, Emílio Garrastazu. **Sob o signo da fé**, 08 de out. de 1970. Discurso proferido em Manaus, na Reunião Extraordinária da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, SUDAM. Disponível em <https://bit.ly/3n7q4e9>. Acesso em: 08 jan. 2022.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES. **Mapa descritivo da BR-230 em relação as outras rodovias brasileiras**. Wikimedia Commons, CC BY 3.0. Disponível em <https://bit.ly/3G8FwOD>. Acesso em: 08 jan. 2022.

O CRUZEIRO, Rio de Janeiro, n. 42, 13 de out. de 1970.

O CRUZEIRO. Rio de Janeiro, n. 09, 03 de mar. de 1971.

O CRUZEIRO. Rio de Janeiro, n. 18, 21 de fev. de 1948.

O CRUZEIRO. Rio de Janeiro, n. 20, 04 de mar. de 1950.

O CRUZEIRO. Rio de Janeiro, n. 22, 12 de mar. de 1955.

O CRUZEIRO. Rio de Janeiro, n. 51, 19 de set. de 1966.

RANGEL, Alberto. **Inferno verde: Cenas e Cenários do Amazonas**. Brasília: Projeto E-Livros, 2017. 128 p. (Série Literatura Amazônica).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACKER, Antoine. "O maior incêndio do planeta": como a Volkswagen e o regime militar brasileiro acidentalmente ajudaram a transformar a Amazônia em uma arena política global. **Revista Brasileira de História**, [S.L.], v. 34, n. 68, p. 13-33, dez. 2014.

AFP ISTOÉ. **Brasil lança plano para expandir mineração na Amazônia**. Online, 14 fev. 2022a. Disponível em <https://bit.ly/3BEeeOz>. Acesso em: 21 fev. 2022.

AFP ISTOÉ. **Desmatamento na Amazônia brasileira bate recorde em janeiro**. Online, 02 fev. 2022b. Disponível em <https://bit.ly/3LZom9s>. Acesso em: 21 fev. 2022.

ANDRADE, Thiago Oliveira; GANIMI, Rosângela Nasser. Revolução Verde e a apropriação capitalista. **CES Revista**, v. 21, p. 43-56. Juiz de Fora, 2007.

BARROS, José D'assunção. A História cultural e a contribuição de Roger Chartier. **Diálogos**, Maringá, v. 9, n. 1, p. 125-141, 2005.

BRAGA, Magno Michell Marcal. De doença não, morria de acidente: trabalho e trabalhadores na construção da transamazônica. **Anais do 30º Simpósio Nacional de História**, Recife, p. 1-16, 2019.

BRASIL. **Decreto nº 74.607, de 25 de Setembro de 1974**. Dispõe sobre a criação do Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA). Disponível em <https://bit.ly/3r6W5E4>. Acesso em: 10 jan. de 2022.

BRASIL. **Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964**. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Disponível em <https://bit.ly/3scQfU4>. Acesso em: 16 dez. 2021.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. As empreiteiras e a rodovia Transamazônica. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, v. 34, n. 55, p. 67-82, 2021.

CAVALCANTE JÚNIOR, Amadeu de Farias. Uma visão da Amazônia Legal durante a ditadura militar: capitalismo e desenvolvimento dependente no contexto da Sudam (1965-1977). **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v. 18, n. 40, p. 143-187, 2021.

CHARTIER, Roger. **A história cultural. Entre práticas e representações**. Algés: DIFEL, 2002.

COUTINHO, Leopoldo Magno. O conceito de bioma. **Acta Botanica Brasilica**, Brasília, v. 20, n. 1, p. 13-23, 2006.

DIBRARQ. **Alberto do Rego Rangel**. Ministério da Justiça e Segurança Pública, Diretório Brasil de Arquivos, 2016. Disponível em <https://bit.ly/32Rypvp>. Acesso em: 05 jan. 2021.

DUARTE, Regina Horta. “Turn to pollute”: poluição atmosférica e modelo de desenvolvimento no “milagre” brasileiro (1967-1973). **Tempo**, [S.L.], v. 21, n. 37, p. 64-87, jun. 2015.

FRANCHI, Tássio. **Da conquista do inferno verde à proteção do paraíso tropical**: o discurso militar brasileiro sobre a Amazônia no século XX. 2013. 333 f., il. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) —Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

GADELHA, Igor. **Amazônia: Bolsonaro agradece a Putin por defender soberania brasileira**. Metrôpoles, 16 fev. 2022. Disponível em <https://bit.ly/3BG8Kmj>. Acesso em: 21 fev. 2022.

GOVERNO DO BRASIL. **Trecho pavimentado da Transamazônica é entregue no Pará**. Gov.br, 18 de junho de 2021. Disponível em <https://bit.ly/3zHg7sH>. Acesso em: 08 jan. 2022.

IBGE. **Mapa de biomas do Brasil**. Ministério do Meio Ambiente; IBGE, 2004. Disponível em: <https://bit.ly/32XO8bU>. Acesso em 07 dez. 2021.

KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, p. 134-146, 1992.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LAGO, Paulo Fernando. **A consciência ecológica: a luta pelo futuro**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1991.

LEVIS, Carolina *et al.* How People Domesticated Amazonian Forests. **Frontiers In Ecology And Evolution**, [S.L.], v. 5, p. 1-21, 17 jan. 2018. Frontiers Media SA.

LIMA, Carla Oliveira de. Historiografia social da Amazônia e história ambiental: um breve balanço. **Revista do Lhiste**, Porto Alegre, v. 4, n. 6, p. 90-112, 2017.

LUCA, Tania Regina de. **Fontes Impressas**. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.) **Fontes Históricas**. Contexto, São Paulo, 2006, p. 111-153.

MAPBIOMAS, **Coleção 3.0 de Mapas Anuais de Cobertura e Uso da Terra da Amazônia**. Disponível em <https://bit.ly/3GLmRbz>. Acesso em: 13 dez. 2021.

MARQUES, Luiz. **Capitalismo e colapso ambiental**. 3ª ed. Campinas: Editora UNICAMP, 2018.

MATTEI, Lauro. O Papel e a Importância da Agricultura Familiar no Desenvolvimento Rural Brasileiro Contemporâneo. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 45, p. 83-91, 2014.

MELLO, Vanessa Pereira da Silva e. **A EMBRAPA na Amazônia oriental: ditadura militar, desenvolvimento e ambientalismo (1972-1993)**. 2017. 328 f. Tese (Doutorado) - História das Ciências e da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2017.

MENEZES, Fernando Dominience. **Enunciados sobre o futuro: ditadura militar, Transamazônica e a construção do “Brasil grande”**. 2007. 147 f. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MIRANDA, Camila Barbosa Monção. **Ditadura Militar e Amazônia: Desenvolvimentismo, representações, legitimação política e autoritarismo nas décadas de 1960 e 1970**. 2018. 258 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018.

NEXO. **Mortes em meio a conflitos por terra crescem no país em 2021**. Online, 10 dez. 2021. Disponível em <https://bit.ly/35diRDO>. Acesso em: 21 fev. 2022.

OCTAVIANO, Carolina. Muito além da tecnologia: os impactos da Revolução Verde. **ComCiência**, Campinas, n. 120, 2010.

PÁDUA, Gesner Duarte. Manchete: a cortesã do poder. **Revista Brasileira de História da Mídia**, [S.L.], v. 2, n. 2, p. 213-222, set. 2015.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos Avançados**, [S.L.], v. 24, n. 68, p. 81-101, 2010.

PÁDUA, José Augusto. Biosfera, história e conjuntura na análise da questão amazônica. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, vol. VI (suplemento), 793-811, setembro 2000.

PÁDUA, José Augusto. **Um Sopro de Destruição: Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2002.

PAJOLLA, Murilo. Indígenas denunciam avanço do garimpo em território Yanomami: “bebida, conflitos e mortes”. *Combate Racismo Ambiental*, 09 fev. 2022. Disponível em <https://bit.ly/3BC7HUs>. Acesso em: 21 fev. 2022.

PEREIRA, Elenita Malta. **A ética do convívio ecossustentável: uma biografia de José Lutzenberger**. 2016. 630 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

PEREIRA, Elenita Malta; FIUZA, Denis Henrique; FRITZ, Sara Rocha. José Lutzenberger e a luta pela Amazônia. **Oficina do Historiador**, [S.L.], v. 13, n. 2, p. 1-16, 5 nov. 2020.

QUEIROZ, José Francisco da Silva. **AMAZÔNIA: Inferno verde ou paraíso perdido? cenário e território na literatura escrita por Alberto Rangel e Euclides da Cunha**. **Nova Revista Amazônica**, [S.L.], v. 5, n. 3, p. 13-35, 1 set. 2017.

R7. Desmatamento na Amazônia cresce 56,6% em três anos, mostra Ipam. Online, 04 fev. 2022. Disponível em <https://bit.ly/3LOyVfu>. Acesso em: 21 fev. 2022.

RABELLO, Antônio Cláudio. Amazônia: uma fronteira volátil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 27, n. 78, p. 213-235, out. 2013.

REIS, Daniel Aarão (org.). **Modernização, ditadura e democracia: 1964-2010**. São Paulo: Objetiva, 2014.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

RIBEIRO, Ueliton França; LEOPOLDO, Paulo Rodolfo. Colonização ao Longo da Transamazônica: Trecho Km 930 - 1035. **Revista Científica Eletrônica de Agronomia**, Garça, v. 3, ano II, p. 1-8, jun. 2003.

SCHUCH, Cristiana F.; DAMASCENO, Darlan; GUAREZ, Fabiana; ROSSI, Giovana (org.). **Biomass, historicidades e suas temporalidades: uma visão histórico-ambiental**. São Leopoldo: Oikos, 2021. 160 p.

SOUZA, Márcio. **História da Amazônia: do período pré-colombiano aos desafios do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2019. 555 p.

TORRE, Marina da Paz. **Fotografia em Portugal: o olhar dos profissionais face ao conteúdo publicado na internet por parte dos fotógrafos amadores**. 2017. 189 f. Dissertação

(Mestrado) - Curso de Audiovisual e Multimídia, Escola Superior de Comunicação Social, Lisboa, 2017.

VIOLA, Eduardo. O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica. In: PÁDUA, José Augusto (org.). **Ecologia e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo/IUPERJ, 1987.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-2015, 1991.